



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

AYRLE ALVES DE FIGUEIREDO

**CAJAZEIRAS E CULTURA MATERIAL: ENTRE O CABEDAL FAMILIAR E A
FORTUNA DE FRANCISCO BESERRA DE SOUSA (1876-1900)**

CAJAZEIRAS, PB

2022

AYRLE ALVES DE FIGUEIREDO

**CAJAZEIRAS E CULTURA MATERIAL: ENTRE O CABEDAL FAMILIAR E A
FORTUNA DE FRANCISCO BESERRA DE SOUSA (1876-1900)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.

CAJAZEIRAS, PB

2022

F475c Figueiredo, Ayrle Alves de.

Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900) / Ayrle Alves de Figueiredo. - Cajazeiras, 2022.

89f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2022.

1. Cultura material. 2. Cajazeiras - PB. 3. Inventários. 4. Patrimônio. 5. Francisco Bezerra de Sousa. 6. Famílias. 7. Patrimônio familiar. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 930(813.3)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

AYRLE ALVES DE FIGUEIREDO

**CAJAZEIRAS E CULTURA MATERIAL: ENTRE O CABEDAL FAMILIAR E A
FORTUNA DE FRANCISCO BEZERRA DE SOUSA (1876-1900)**

Monografia apresentada e aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos
(Orientadora – UFCG/CFP)

Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo
(Titular – UFCG/CFP)

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
(Titular – UFCG/CFP)

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho
(Suplente – UFCG/CFP)

CAJAZEIRAS, PB

2022

*Aos que desejam caminhar na cidade e no
estudo sobre ela.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos atos mais bonitos e leves, é demonstrar afeto com os que conosco estiveram nos momentos que mais precisamos. Aos que sempre estiveram presentes, mãe, pai, Analice e Ayrke, tudo que fiz e faço é por vocês. Obrigada por me apoiarem, ouvirem e acreditarem no meu potencial. Mãe, nenhum infinito de páginas seria suficiente para te agradecer, muito menos para falar sobre tudo que a senhora merece.

Tia Luciana, padrinho, obrigada por estarem sempre ao lado da minha mãe, torcendo por mim e amparando; nada me faltou e se estou aqui e penso em ir mais longe foi por tudo que proporcionaram à nossa casa, acreditando que eu venceria através do estudo.

Gabriella e Eduarda, obrigada por estarem sempre comigo, dispostas a ouvir com carinho sobre a vida que divido há tantos anos com vocês de perto e de longe, mas sempre presente.

Aos que estão desde o começo da caminhada na graduação, Hava, Alanna, Emilly, Renata, Brenda, César e Nicolás, vocês foram essenciais nas partilhas de corredor, me ensinando para além das salas da universidade, dividindo alegrias e frustrações da vida acadêmica que construímos e espero seguir compartilhando vitórias com vocês por longos anos, embora haja distância física. Viva os X-mens que duraram para além da patota do uno! Aos que chegaram com o tempo, Emyllen, Ewerton, Lilian, meu carinho e gratidão por me apresentarem amores (o da vida e o entusiasmo pela História) e dividirem comigo os melhores e os não tão bons momentos.

Aos participantes do projeto “Cidade(s) Inventariada(s)”, de forma muito especial à Josefa Jakeline, Hava Mariana e Ana Victória pelas tardes e eventos que compartilhamos, aprendendo, crescendo e vibrando com as vitórias umas das outras e com o estudo da cidade através dos inventários.

À Viviane, que excluiu qualquer tratamento por títulos e me dedicou orientação, incentivo, companheirismo e que acreditou em mim e em todos os meus textos. Que não falte café, ar condicionado e amor pela docência. Levarei todos os aprendizados sobre dedicação, esforço e organização para os meus alunos e pesquisas em qualquer lugar que eu vá.

Aos demais professores do campus, por incentivarem caminhadas e discussões, em especial, Maria Lucinete, Rodrigo Ceballos e Rosemere Olimpio; os diálogos e o carinho com a turma nos trouxeram momentos especiais ao longo destes anos. Aos professores, Israel

Soares de Sousa, Janaina Valéria Pinto Camilo e Osmar Luiz da Silva Filho pelo aceite em compor a banca examinadora deste trabalho e por cada contribuição positiva para o texto.

Gláymar, preciso de outra vida para agradecer por todo suporte que você me dá e ao amor que me dedica. Sou mais forte e paciente por tudo que me ensinou e pela vida que compartilhamos juntos, meu companheiro, meu marido (rs). Que o afeto cresça e se multiplique por longos anos em nossa casa; tudo e qualquer coisa é possível com você.

Aos servidores da universidade, que sempre tiveram cuidado conosco, os estudantes, mas também com o espaço de que tanto sentirei falta: bibliotecárias, secretárias e funcionários terceirizados, vocês foram extremamente importantes durante todos os dias que vivi a graduação.

Aos programas e incentivos da UFCG que permitiram que eu me mantivesse em Cajazeiras durante todo o curso, mesmo nos anos mais difíceis. Ao PAEG, PIBID e PIBIC CNPq/UFCG; estou me formando como professora para levar adiante o legado da importância dos auxílios e da educação pública e de qualidade que me ajudaram até aqui.

RESUMO

Através da cultura material na pesquisa histórica, têm sido realizadas ricas discussões sobre o século XIX no Brasil. O objetivo deste trabalho é mostrar como a materialidade, através dos inventários *post-mortem*, permite entender como se estabeleceram redes familiares na cidade de Cajazeiras, Paraíba, nesse momento. Identificando a composição do patrimônio familiar e principalmente o valor simbólico da posse, se apresentam relações de conflito ou interesse que ali existiam. Importantes registros que nos auxiliam a conhecer o passado, suas personagens e o cotidiano, os inventários evidenciam as tramas sociais e o jogo político da cidade, tendo como foco o processo de Francisco Beserra de Sousa, considerando a importância do seu cabedal. O uso desta documentação contribui de forma significativa na percepção da constituição do corpo social, ao tempo em que também auxilia no mapeamento, valorização e entendimento da malha urbana.

Palavras-Chave: Cultura material. Inventários. Patrimônio.

ABSTRACT

The usage of material culture in historical research allows for rich discussions about the 19th century in Brazil. The aim of this text is to demonstrate how materiality, through post-mortem inventories, allows us to know the family networks in the city of Cajazeiras, Paraíba at that moment. Through the identification of the family's patrimony and especially the symbolic value of the possession, relationships of interest and conflict between people are observed. The inventories are important records of the past that help us to know the characters and the daily life, showing the social plots and the political game of the city, focusing on the inventory of Francisco Beserra de Sousa, a wealthy man whose patrimony gives us tracks to know more about its past and in the others people. The usage of this documentation contributes significantly in the perception of the constitution of the social body, while it also helps in the mapping, valuation and understanding of the urban network.

Keywords: Material Culture. Inventories. Patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localizando o Alto Sertão	20
Figura 2 - Abertura de processo de Inventário	25
Figura 3 - Abertura de processo do ano de 1900	26
Figura 4 - Baú	44
Figura 5 - Ruas inventariadas na cidade (1876 - 1900)	55
Figura 6 - Anúncio ao público	63
Figura 7 - Anúncio de estabelecimento	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concentração de cabedal (1876 - 1900)	40
Gráfico 2 - Bens semoventes e bens de raiz	48
Gráfico 3 - Criações de gado	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Equipamentos e mercadorias de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal	27
Tabela 2 - Escravizados arrolados entre os bens semoventes	29
Tabela 3 - Escravizados em escrituras de compra e venda dos anos de 1875 e 1877	30
Tabela 4 - Pertences de Anna Maria Biserra	31
Tabela 5 - Mulheres como negociadoras de bens	33
Tabela 6 - Herdeiros de Manoel Gonsalves da Silveira	36
Tabela 7 - Divisões do Monte Mor	39
Tabela 8 - Tipos de bens de raiz	51
Tabela 9 - Bens de raiz adjudicados	54
Tabela 10 - Gráfico da divisão dos bens	64
Tabela 11 - Posse de armas brancas e de fogo	67
Tabela 12 - Dívida de Manoel Eufrázio para com Francisco Beserra	70
Tabela 13 - Entre os devedores de Francisco Beserra	72
Tabela 14 - Cabeças de gado de Francisco Beserra	74

SUMÁRIO

PERCORRENDO CAJAZEIRAS	11
1. HISTÓRIA E CIDADE: primeiras palavras sobre um lugar inventariado	15
1.1 Como janela indiscreta do historiador: vasculhando os inventários	23
1.2 Despossuídos e invisibilizados na sociedade	29
2. CABEDAL E CULTURA MATERIAL: o cotidiano através do microscópio	38
2.1 Inventários como registro de cultura material e distinção	38
2.1 Pertences e bens do espaço doméstico	42
2.2 O gado e os bens de raiz como símbolo da riqueza cajazeirense	47
2.2.1 Tipos de criação	48
2.2.2 Parte de terras e outros bens de raiz	51
2.3 Ler a documentação e percorrer as ruas da cidade	55
3. O ROL DA FORTUNA: patrimônio de Francisco Beserra de Sousa	61
3.1 Início de uma investigação	61
3.2 O perfil de um homem de posses	66
3.3 Comerciar e consumir	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
FONTES MANUSCRITAS	83

PERCORRENDO CAJAZEIRAS

Não havia lido nenhuma história de Cajazeiras antes de embarcar em um ônibus para viver aqui por poucos anos. O lugar era desconhecido, com exceção de uma ou duas paradas em viagens anteriores que não me marcaram com detalhes. Meu mediador no conhecimento da cidade foi assim, sem mais nem menos, um morto. Alguém que percorrendo as ruas de um espaço que se consolidava, podia me apresentar o cenário, as ruas, os detalhes que não haviam marcado.

O itinerário da visita se deu através dos seus bens. Francisco Beserra me mostrou as ruas movimentadas, a do comércio, a do sol, a rua grande e a pequena, casas velhas e que ele mesmo reedificou, simbolizando o mais recente para o século XIX, período de enormes mudanças, e a cidade como um todo, do rural ao urbanizado, mesmo não tendo deixado uma só carta escrita ou fotos que eu pudesse encontrar. Na riqueza do patrimônio descrito, o passeio nas páginas de seu inventário me mostraram mais sobre caminhar na cidade que quaisquer outros registros, ficando impossível não perceber as placas das esquinas, as movimentações do lugar, as tensões que transformam a cidade até hoje.

O encontro com Francisco, ou com o processo de inventário de seus bens, marcou o trajeto desta pesquisa, surpreendendo por ser tão diferente dos demais documentos que tive acesso. Cada pequeno detalhe atiçava a curiosidade de quem quase nada sabia, principalmente por ser alguém não mencionado para as origens da cidade. Mas como pode se nenhum patrimônio se compara com o seu ou mesmo com sua história, de uma pessoa que sai de uma terra de favor e se torna um dos maiores comerciantes da região? E se não ele, quem poderia me falar do que era importante para Cajazeiras naquele momento?

Seu nome está na placa de uma ruazinha estreita, uma travessa que impede a passagem de veículos, sendo possível atravessá-la caminhando para chegar ao “calçadão”, mas poucas pessoas sabem dizer quem ele foi, e nem eu posso responder. O que se é narrado da experiência humana não se pretende totalizante, nem mesmo as discussões se esgotam em textos. O cruzamento das fontes nos mostram a complexidade da realidade, dos indivíduos e da própria cidade, principalmente pela restrição dos grupos descritos ou que assumem papéis de destaque em documentos oficiais, ou possíveis de serem obtidos por apenas uma parte da sociedade.

A cidade, o lugar saturado de significações (BRESCIANI, 2007), se apresenta como texto não verbal (FERRARA, 1988) desta pesquisa, mas antes da cidade se apresentar como texto a ser lido, este lugar chega até mim como um conglomerado de objetos, relações de dívida e amizade e muitos réis nos inventários *post mortem*. Fontes primárias, escolhidos não por acaso, mas no percurso junto ao projeto de pesquisa “Cidade(s) Inventariada(s)” que já havia digitalizado diversas caixas de documentos da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior, localizado também na cidade, a documentação permitiu adentrar a cidade e os meandros das casas (MAGALHÃES, 1989), fazendo conhecer os objetos, o cotidiano e as relações.

O lento processo de educar o olhar à fonte passou por decodificar a escrita do período e de cada escrivão, para aos poucos ganhar a habilidade de diferenciar letras, assinaturas e abreviaturas antes não conhecidas, passando do apenas decifrar, para o questionar as posses de bens, o significado dos usos e as relações entre a materialidade e as pessoas. Embora haja limites no seu uso, as possibilidades em analisar as pessoas que aparecem na documentação e no cenário estudado se voltam para compreender, essencialmente, as relações entre a materialidade e a cidade a partir das redes de sociabilidade que transparecem dessas páginas.

Os inventários têm sido amplamente utilizados na pesquisa histórica, baseando diversas investigações a partir das potencialidades nos estudos não só para a história econômica, mas nas análises da escravidão, das questões ligadas ao ambiente doméstico e familiar, para se conhecer o passado e principalmente o século XIX. Sem contrariar as análises quantitativas e o uso das fontes a partir de sua característica serial, analisar os documentos por vezes de forma individual, possibilitou o uso de um foco ampliado para pensar determinadas dinâmicas sociais, como as dívidas ativas, ou a posse de itens de distinção, relações familiares e dados de fontes incorporadas à discussão.

Embora o fio condutor seja a cultura material, o divisor de águas que foi o processo de Francisco Beserra, privilegiou mudanças de rota, sendo seu processo condutor de outras investigações, como o lugar deste homem de negócios em uma rede privilegiada de relações em que o mesmo assume o lugar de credor em centenas de dívidas. Por ser um comerciante local certamente existe uma rede de contato que faz parte com diversas possibilidades de acesso a bens, sendo algumas possíveis de mapear através da documentação, outras não. As relações familiares envolvidas na distribuição de sua herança, o compadrio que ele exerce e

que existe, tanto na família quanto para suas relações como credor interessam na compreensão do que ele representa na fuga do que era comum para os possuidores da época.

Evidentemente, os inventários mostram que na posse de gado e terras se encontrava a representação da riqueza local; bens esses que movem a economia do sertão, ainda que transpareça o dinamismo dos gostos através de pertences e utensílios domésticos, móveis, equipamentos e instrumentos profissionais e mesmo a presença de dívidas como poderemos ver durante os capítulos seguintes.

Emancipada politicamente pela Lei Provincial nº 616 de 10 de julho de 1876, a cidade é marcada historicamente pela forte ligação política, social, econômica e religiosa, enquanto sua história é contada muitas vezes pelos seus filhos ilustres que a retratam de forma memorialística e saudosista às glórias do passado (ROLIM, 2016). Para além da terra do padre Rolim ou da cidade que “ensinou a Paraíba a ler”, Cajazeiras tem relevância significativa dentro da área comercial da região do Alto Piranhas na virada do século XIX para o XX em que registra-se a expansão do cultivo e comércio de algodão, considerado a flor da cidade, e um conseqüente desenvolvimento e melhorias na área urbana, bem como um enriquecimento local e a chegada de novas pessoas na cidade (SILVA FILHO, 1999).

As trocas comerciais promovidas pela cultura do algodão conseqüentemente promovem o desenvolvimento urbano, embora possamos perceber mudanças também nas partes de terra e suas casas a partir dos sistemas construtivos, não havendo diferenças gritantes entre as casas rurais e urbanas, inclusive por estas fronteiras não estarem delimitadas no momento estudado. Simbolicamente a cultura material envolve as discussões feitas ao longo do texto, construído em diálogo com as referências apropriadamente citadas ao longo da escrita.

Nessa caminhada pelo estudo do urbano, o primeiro capítulo intitulado "História e cidade: primeiras palavras sobre um lugar inventariado" apresenta as primeiras palavras sobre a cidade como espaço problematizado e da necessidade de novos olhares para Cajazeiras para além do que está cristalizado na historiografia local. Os inventários e a cultura material abrem espaço para as discussões que empreendemos a partir da história social, como possibilidade de refletir sobre os bens para além da dimensão física e monetária das posses, fazendo perceber redes de sociabilidade, e visualizar pequenos detalhes que indicam presenças que por vezes são invisibilizadas nas narrativas, como o lugar da mulher e das pessoas que foram escravizadas e aparecem como bens herdados.

As fontes que funcionam como janelas indiscretas do historiador, nos mostram o interior das casas cajazeirenses a partir dos objetos de distinção e do que era comum, os pertences e o significado do uso com destaque para o valor simbólico que a posse assume e como os detalhes na descrição informam sobre seu valor monetário. Em meio às mesmas descrições, o processo de valorização das ruas da cidade possibilitou o mapeamento da área urbana do período estudado ao dialogar com Deusdedit Leitão (2005) e com o conhecimento das vias da cidade, que ora se alargaram, ora foram anexadas umas às outras, mudaram de nome, mas que contam a história da cidade, sendo mencionadas de maneira mais recorrente no segundo capítulo deste texto intitulado "Cabedal e cultura material: o cotidiano através do microscópio".

O terceiro capítulo intitulado "O rol da fortuna: patrimônio de Francisco Beserra de Sousa" apresenta o condutor da viagem, no que é possível a partir do cruzamento dos documentos que proporcionaram entender sua fortuna, considerando a importância do seu cabedal, nos instigando a querer conhecer mais sobre ele e suas relações estruturada em laços sociais e econômicos (que ganham visibilidade no número de dívidas ativas que manteve), ainda que nem sempre o mesmo tenha ocupado uma posição de destaque e prestígio local. O nível de detalhamento do processo permite reconhecer esse status, nas casas com muitos cômodos, nas mercadorias e em objetos que só aparecem no seu patrimônio.

A carência de reflexões que abordem outras perspectivas da cidade a partir de sua pluralidade e complexidade, nos impulsiona a contribuir nesse debate. A medida que nos encaminhamos para o encontro com a Cajazeiras do século XIX, é preciso lembrar que a leitura que fazemos deste lugar não se esgota ao fim das observações pontuadas a partir dos inventários; como disse Paola Berenstein Jacques (2018) “o importante não seria qualquer tipo de resultado final fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar” (p. 212), os fragmentos nos proporcionaram apresentar uma entre as histórias de Cajazeiras, diferente das paisagens que vemos antes do desembarque do ônibus e dos textos feitos a partir de quem lembra com saudade do lugar ou de alguém.

1. HISTÓRIA E CIDADE: primeiras palavras sobre um lugar inventariado

A cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais.

(Maria Stella Bresciani)

O espaço urbano transforma-se através dos fluxos e das tensões provocadas por pessoas que se apropriam desse espaço de diferentes maneiras. A cidade é viva, já ouvimos falar. Que perguntas podemos então fazer para que ela nos fale sobre os seus usos e sentidos? Sabemos que aqueles que passam pela cidade constroem prédios e praças e casas que conferem valores simbólicos e camadas de uma dimensão social. E ainda que podemos adentrá-la através de diversas portas e conhecer a vida urbana, para utilizar a expressão metafórica de Maria Stella Bresciani (1991), a qual muito nos inspira no momento de escrita deste texto, pois as portas ou como dito, as entradas de estudo da cidade são abertas no momento em que a mesma é problematizada, pensada como unidade ideal.

Comumente, o estudo das cidades está ligado às experiências vivenciadas, ao contato com o espaço urbano e com as sensações provocadas pelo lugar saturado de signos e de historicidade que estamos imersos. Desde pequenos possuímos lembranças da rua da avó, na casa onde podíamos correr e comer à vontade, e quando jovens lembramos da rua que ocorreram os primeiros encontros amorosos, das praças para qual íamos com os amigos, da cidade que marca as novas fases das nossas vidas, e ao voltar para esse lugar físico, as memórias involuntárias nos transportam para outro tempo, e sentimos os cheiros, vemos *flashes* de um momento passado; são experiências que de forma consciente ou não contribuem para demonstrar o que é cotidiano e nos fazem sentir a cidade nos seus mais diversos contrastes de cores, sons e palavras.

A noção da palavra cidade que nomeia esse espaço passou por modificações e se desenvolveu criando novas subjetividades de acordo com o tempo. O fim do século XIX marca o início da preocupação com o crescimento e saneamento urbano e o anseio em sentir os ares modernos e higienizados. Com o advento do século XX passam a ser pensadas melhorias através da intervenção de técnicos (CEBALLOS, 2005) que reorganizam visualmente o espaço e reconfiguram as formas de se viver na cidade. O período do pré urbanismo, o século XIX (BRESCIANI, 2002), traz então muito do que será continuado das

práticas e políticas do que será reconhecido como urbanismo, ao tempo em que passa a haver essa intensa preocupação.

Por muito tempo vista como palco, a cidade e a urbanidade não foram consideradas pelos estudos históricos como passíveis de questionamentos. Vista como um todo, de cima, é fácil entender como a cidade era só uma paisagem em que corriam os acontecimentos da história, mas

nenhum objeto de pesquisa se destaca por sua evidência; é o olhar do pesquisador e sua abordagem que lhe delimitam os contornos. Durante muito tempo a cidade não foi objeto de pesquisa da história, não sendo mais do que cenário, um palco por onde passavam a história social, econômica ou política, indiferentes ao seu espaço. (TORRÃO FILHO, 2011)

O interesse em trabalhar a cidade parte da urgência do agora, caminhando nas ruas do passado com o olhar sobre o presente. Através deste texto, buscamos falar sobre Cajazeiras e seus passantes, “ler o universo que se ergue no ar” (CERTEAU, 1998, p. 170), não de maneira distante e sim percorrendo caminhos, ruas e suas tramas que são contínuo convite para o estudo do urbano em questão. Ir de encontro com os fragmentos dessa história, através das redes de sociabilidade presente nas fontes da pesquisa é um ato de apresentação da cidade, sem que possamos dar conta de defini-la por completo, já que

as redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de histórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (CERTEAU, 1998, p. 171)

Os fragmentos, as fontes que nos permitem conhecer a cidade são parte de “um lugar saturado de significações [...]” (BRESCIANI, 2007, p. 237), mas como é possível estudar a cidade sem que a vejamos como um unidade imóvel e pronta para ser desvendada? Nos cabe a função de romper com a postura do *voyeur* que observa a cidade de cima e caminhar, fazer e refazer caminhos para apreender o espaço urbano e ler a cidade como propõe D’ Alessio Ferrara (1988), significando o espaço urbano, o texto não verbal, através de nossas leituras, o que é, no caso, analisar o espaço e os sentidos estabelecidos para eles; a operação da leitura é a forma de observarmos os textos não verbais reais e cotidianos.

A noção de cidade como texto é pensada há algum tempo por estudiosos que incorporam estudos históricos e da semiótica buscando compreender os signos da cidade. Os elementos do texto não verbal, os objetos da cidade estão ali, comunicando-se com a experiência humana e com os campos social, cultural, econômico e religioso. São ruas, bairros, prédios que caracterizam o que é particular do espaço urbano (FERRARA, 1988), ver a cidade e fazer essa leitura nos permite também fazer história, narrar sobre o espaço. Procurar entre o emaranhado de fragmentos, nas pequenas partes dessa história, faz emergir o processo de montagem (JACQUES, 2018), e desse, as lacunas, os espaços abertos.

Como o *Atlas Mnemosyne*, um texto historiográfico feito através de fragmentos pode partir de uma montagem a princípio, mas não exclui a possibilidade de ser desmontado e remontado. É construído por mapas, imagens, outros textos, documentos e no nosso caso, inventários *post mortem*. O principal ponto está em entender que a história é feita a partir das fontes, mas também nos pequenos espaços que nada contém, no que não podemos afirmar, que está apenas na memória e no morto. Paola Berenstein Jacques (2018. p. 212) para falar sobre o caráter lacunar do processo de montagem, afirma que para Aby Warburg, criador do *Atlas Mnemosyne*, o foco “[...] estaria menos em cada imagem em si e mais no próprio intervalo entre elas, no vazio entre as imagens, nas suas possíveis relações, não estabelecidas a priori, mas que emergem no próprio exercício da montagem.” A história urbana concebida dessa forma é sensível ao que se pode ver e sentir da cidade, permitindo que a produção do conhecimento considere os significados dos signos mudos de que falamos.

Tensionar a história no campo do urbano nos leva a questões diversas do presente e do passado, permitindo que as experiências da cidade sejam pensadas e historicizadas. Partindo dessa reflexão, ao percorrer as ruas e ver na materialidade os significados para além do estado físico, vemos a cidade apresentada como campo de pesquisa, como método e aberta às possibilidades de compreensão do urbano. O desafio de entender essas questões propõe que seja superada a noção apenas material da cidade, pois quando reduzida a tal estado se torna insuficiente para “[...] expressar a cidade enquanto produção significativa, enquanto linguagem.” (FERRARA, 1988, p. 13)

Intervir em um espaço o qual já possui uma história “definida” é desafiador de forma constante, mas permite a observação de outra Cajazeiras. Virar o prisma é necessário para compreender o novo olhar. Esta cidade inventariada, fica localizada no extremo ocidental paraibano, distante 485 km da capital João Pessoa, lembrada quase automaticamente pelo

Colégio Padre Rolim fundado no século XIX e pelas famílias notáveis que tradicionalmente foram responsáveis pela constituição da cidade. Frequentemente enaltecida pelo simbolismo imposto em ser “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, Cajazeiras é também considerada pólo educacional e entreposto comercial desde o século XIX para sertanejos da Paraíba e do Ceará principalmente, devido às fronteiras estabelecidas, sendo importante mencionar a emancipação política em 1876 (Lei Provincial nº 616 de 10 de julho de 1876), ainda que essa data não seja definidora de marcos de uma mudança urbana profunda vivenciada pela cidade, caso usemos escalas de grandes centros urbanos ao analisá-la.

Cada cidade com suas experiências é única. Observar o ideal de modernidade aqui não corresponde (assim como em nenhuma outra cidade) a uma urbanização de um dia para o outro. Paris ou Rio de Janeiro, por exemplo, são dois centros urbanos com vários estudos que acionam pensarmos rapidamente em aspectos de alterações visuais, bem como de comportamento e organização da cidade, contudo, no mesmo período que ocorriam essas transformações do espaço urbano já constituído, Cajazeiras estava apenas se desenhando como cidade, recém emancipada, e não vivenciava um “bota-abaixo”¹ de reformas. Visualizar as mudanças urbanas é possível a partir dos investimentos e melhorias na cidade, principalmente com o impacto da cultura do algodão, promotora da circulação de capital que permite os melhoramentos de forma perceptível desde a segunda metade do século XIX com a expansão e reorganização da cidade. A pequena “urbe” (SILVA FILHO, 1999) que se desenhava neste momento, não possuía fronteiras que delimitavam o urbano e rural, este lugar

ora é espaço do progresso, ora é espaço da desordem. Durante muito tempo se pensou a cidade como lugar de modernidade e progresso em oposição ao mundo rural, considerado o locus da tradição e do atraso. A cidade passou a ser identificada como campo da racionalidade e do planejamento e, simultaneamente, como fonte de fragmentação e de aviltamento do indivíduo. (OLIVEIRA, 2002, p. 10)

¹ Desde o fim do século XIX o Rio de Janeiro vivenciava um crescimento urbano. Visando modernizar e “limpar” a cidade dos cortiços, do aspecto colonial e do que era considerado “impuro” durante a Belle Époque, a cidade passou por uma série de mudanças urbanas moldadas pelas capitais europeias, ficando conhecidas como “bota abaixo”, tendo como principal nome o prefeito Pereira Passos. Ver: RIÇA LEAL, S. L. DOS BECOS E VIELAS AO GLAMOUR PARISIENSE: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA BELLE ÉPOQUE NO RIO DE JANEIRO DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX (1900-1909). **Humanidades em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 122, 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/hr/article/view/10185>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Explorar a pluralidade do estudo da cidade passa por entender os significados e as dinâmicas do espaço urbano, e neste caso, também rural. Compreender como é definido esse espaço em Cajazeiras leva à movimentação das ruas em que ocorriam as primeiras feiras livres²; aos trechos mais antigos da cidade como a Praça Nossa Senhora de Fátima; ao colégio em que os filhos dos proprietários de terra podiam frequentar para aprender as letras. Percorrer esse espaço é trilhar o caminho pelas casas da Rua Grande, pelos imóveis comerciais com prateleiras da Rua do Comércio e se lançar ao desafio de compreender as redes de sociabilidade que se deixam entrever nesses espaços e nas fontes que acessamos.

Nos textos sobre Cajazeiras, principalmente os memorialísticos³, observamos uma história contada a partir dos filhos da cidade e das suas contribuições para as melhorias e a chegada da urbanidade, e através da religiosidade marcada pela Mãe Aninha e o Padre Rolim observa-se a exaltação de “[...] historiadores e cronistas que se dedicaram a narrar episódios, distinguir famílias e figuras e descrever paisagens de Cajazeiras em seus primórdios” (ROLIM, 2016). Os destaques da ligação política, social, econômica e religiosa, é visto através dos sobrenomes que ocupam os principais postos de cada um desses campos, o que chama atenção até hoje ao vermos as famílias que dominam o cenário comercial, imobiliário e político, por exemplo.

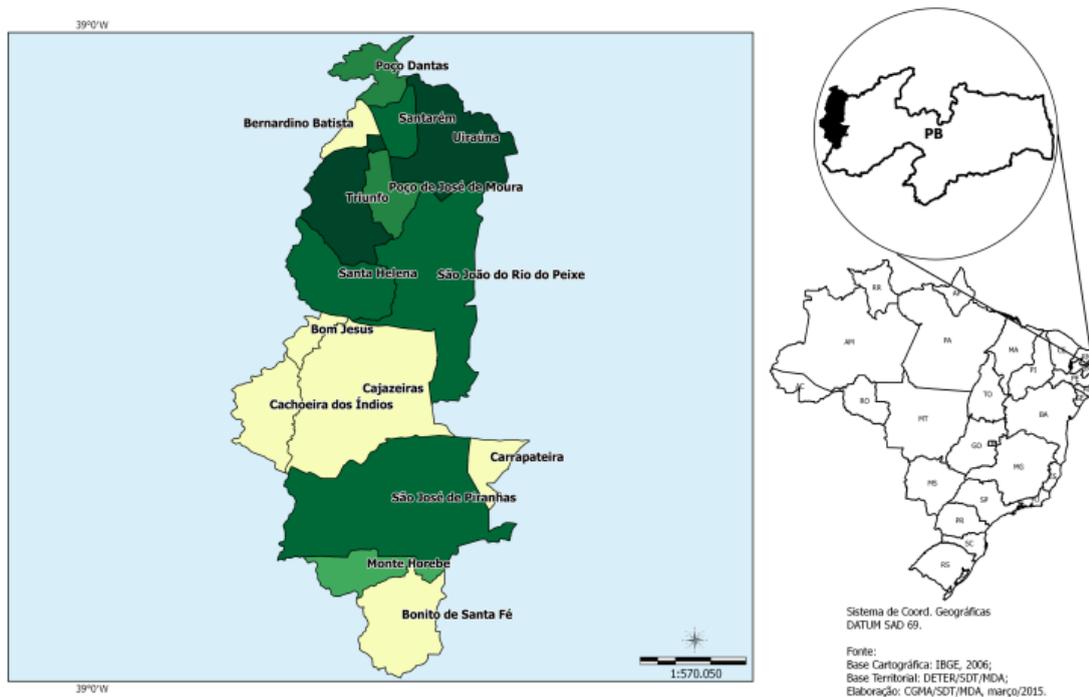
As estratégias de manutenção das famílias nos altos cargos na Paraíba e no país inteiro, culminaram poucos anos mais tarde em uma das maiores, senão na maior característica da República Velha, a política oligárquica. O período iniciado em 1889, durou até 1930 e testemunhou o poder das oligarquias tanto no cenário estadual como no federal, estabelecendo raízes que foram muito além da Primeira República, a partir de arranjos políticos e familiares para manutenção do poder (LEWIN, 1993). No mesmo período se estabiliza o coronelismo e seu papel político que envolve nas palavras de Eliete Gurjão (1994, p. 17) o “[...] controle do eleitorado facilitado pelas relações pessoais de dominação e de dependência que são, assim, reproduzidas.” As relações nos laços de família e parentesco, posse e o ato de assumir cargos públicos transparecem nos inventários, fonte dessa pesquisa, ao observarmos os sobrenomes que ocupam as páginas e dominam o cenário político local.

² Segundo Deusdedith Leitão (2005) em 1858 foi criada a primeira feira semanal da povoação em frente a capela Nossa Senhora da Piedade, na rua Joaquim de Sousa. O trecho passou a ser conhecido como Rua da Feira e logo após, nos anos 70 do século XIX ficou conhecida como Rua da Feira Velha, devido a mudança da feira para o mercado público que foi construído.

³ Um cenário que, é preciso lembrar, vem sendo alterado a partir de novas pesquisas desenvolvidas sobre o espaço da cidade.

Economicamente Cajazeiras teve seu “fator de crescimento” proveniente da cultura algodoeira e de sua comercialização. Para Silva Filho (1999), foram os recursos empregados no cultivo do algodão, a “flor da cidade”, que trouxe melhorias para a área urbana e a vida material. Dialogando com o exposto, Eliana Rolim (2010) concorda que o desenvolvimento da cidade, somatizado ao avanço do consumo e do crescimento industrial, gerou acúmulo de capital suficiente para investimento em bens patrimoniais como as edificações, por exemplo. Ainda durante a segunda metade do século XIX o algodão ganha a mais alta posição na economia, mudando o cenário de anos anteriores que oscilava junto ao mercado do açúcar (GURJÃO, 1994). A cidade chegou a contar com o beneficiamento da cultura e a instalação da Usina Santa Cecília (SILVA FILHO, 1999) e em alguns dos inventários aparecem instrumentos como “uma máquina de descarçar algodão com vinte e cinco serras nova” no valor de 300\$000 (trezentos mil réis), ou “uma bolandeira e prensa de madeira para algodão” avaliada por 120\$000 (cento e vinte mil réis)⁴.

Figura 1 - Localizando o Alto Sertão



Fonte: Imagem retirada de um perfil territorial do alto sertão no Google⁵.

⁴ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1881.

⁵ Disponível em:

<http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_197_Alto%20Sert%C3%83%C2%A3o%20-%20P.B.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

Um dos fatores que contribuíram para a produção do mesmo é o fato da cidade estar localizada próximo ao Rio Piranhas, um local propício para o cultivo e expansão da cultura algodoeira, já que o alto sertão, em comparação com o sertão do cariri, região vizinha, é uma

região de elevações menores, o alto sertão recebia mais chuva do que o cariri. Uma umidade moderada e um solo arenoso e retentor de água ao longo das margens dos rios proporcionavam condições naturais ótimas para o cultivo do algodão arbóreo, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha. (LEWIN, 1993, p. 42)

Outro fator está na questão de ser uma produção que não necessitava de alto investimento e ainda complementava as atividades pecuárias da região, onde o restolho⁶ da lavoura era utilizado como alimento do gado (GURJÃO, 1994). Dessa forma, observamos que economicamente o algodão contribui na urbanização da cidade, mas não apenas isso, a comercialização do mesmo permite ver a dinâmica entre o urbano e o rural, conceitos que para Cajazeiras se aproximam ainda que pareçam opostos. Isso acontece porque não havia uma delimitação tocável que separasse as zonas, sendo uma extensão da outra em diversos momentos, com um centro em que a feira ocupava o lugar do encontro entre ambas.

Segundo o *Almanak do Estado da Parahyba (PB)*, datado de 1899, Cajazeiras tinha uma população de 2858 almas, notável pelo comércio com os estabelecimentos de fazendas, seccos e molhados, farmácia, lojas de barbeiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, sapateiro e diversas tendas. Além disso conta com prédios importantes como o mercado e a casa da câmara edificadas na cidade, excelente para o plantio especialmente o de algodão e com a feira abundante fazia circular capital superior a 800 contos anualmente⁷.

Ponto de troca, venda, encontros e negociações, a feira é o local da comercialização dos produtos agrícolas e insumos e já eram realizadas durante “[...] o século XIX na pequena “urbe”, nos períodos de safra da pluma branca, foram acompanhadas de animada projeção. Com o algodão, a riqueza chegava a Cajazeiras, definitivamente.” (SILVA FILHO, 1999, p. 292), sendo importante lembrar que os símbolos dessa riqueza serão mais perceptíveis nas primeiras décadas do século XX, mas que já no final do século XIX, a variedade nas casas

⁶ Restolho é a parte dos caules ou palha que fica após a colheita.

⁷ Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Almanak do Estado da Parahyba (PB) - 1899, Edição 00001, p. 372. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820261&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

comerciais com produtos de outros estados e também importados vão indicar a ampliação das relações comerciais.

A relação entre agricultura e pecuária se apresenta também ao analisarmos o tipo de posse e investimento, concentrado na maior parte em terras e gado. O historiador Muyraktan Macêdo (2007), analisando os sertões da Ribeira do Seridó⁸, região territorialmente próxima, e a relação entre cabedal e cotidiano no século XVIII, observa que a tríade gado-terra-escravo corresponde a quase 80% do patrimônio inventariado da região. De algum modo, grande parte desses itens está ligada às atividades agropecuárias e ao consumo da carne e venda do couro, semelhante às atividades vistas em Cajazeiras, em que os animais serviam também para transporte e alimentação. Apesar de trabalharmos diferentes recortes temporais, as reflexões feitas pelo autor podem ser assumidas para a pesquisa ao observarmos a importância de parte desses bens para o momento que a cidade vivenciava.

O trabalho com os inventários faz perceber que essas fontes “[...] capturam uma espécie de instantâneo da vida familiar a desvelar seu microcosmo de bens, desejos e conflitos” (MACÊDO, 2007, p. 84), fazem parte de uma etapa específica da vida, a morte, capturando como em uma fotografia o que alguém deixou em vida. Estes registros, fragmentos da história da cidade, deixam entrever as relações além das posses, permitindo o estudo da cultura material a partir do patrimônio privado das famílias. Embora não possuam um nível superior de detalhamento como em trabalhos lidos⁹, o que limita e dificulta em parte nosso trabalho, permite ainda assim a compreensão da composição do patrimônio familiar cajazeirense a partir da análise de bens inventariados.

A partir disso, a pesquisa permitiu refletir o lugar da cultura material na historiografia, que no Brasil, teve os principais textos tratando sobre objetos e patrimônio, até o final do século XX, ligados à discussão da “[...] história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema da moradia.” (MARTINEZ, 2006, p. 32), iniciando um trabalho que associava os bens materiais ao modo de compreender determinado período histórico e a

⁸ O autor aponta que o Seridó corresponde a uma porção de 23 municípios. O mesmo explica que a região não pertence a limites cartográficos atuais valendo aproximar-se da cartografia colonial e suas delimitações territoriais nas quais existem as ribeiras (Seridó, Piranhas, Acauã e Espinharas) como espaço físico, a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó como espaço religioso e no sentido político, a Vila do Príncipe. (MACÊDO, 2007, p. 16).

⁹ ver: MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraobebe/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

comunidade. Tradicionalmente autores como Capistrano de Abreu, Alcântara Machado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são lembrados por contribuições em estudos clássicos que analisam a vida material, a questão econômica e a relação com a sociedade.

Marcelo Rede (1996) assume que o próprio conceito de “cultura material” é polissêmico, devido ser objeto de estudo e método de conhecimento. Novos estudos realizados envolvendo a cultura material principalmente por influência do diálogo com outros campos disciplinares como a antropologia e a sociologia têm auxiliado a compreender dimensões outras da materialidade que deve ser considerada para além da dimensão concreta do objeto, não se esgotando à análise dessa condição. Desse modo, “[...] a cultura material tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado.” (REDE, 1996, p. 278) Estabelecendo um diálogo com o mesmo autor, entendemos que dessa forma, a cultura material está para além do objeto, do artefato em sua dimensão física e exige uma série de cuidados metodológicos para compreender as relações entre o objeto e as relações desenvolvidas ao seu redor.

Estudar a cultura material de um lugar possibilita produzir e rever narrativas que antes eram sequer questionadas, já que por muito tempo a materialidade foi vista pelos historiadores como uma fonte sem maiores interesses. As leituras sobre o corpo social realizadas através da materialidade despertaram interesse não só pelo objeto em si, mas pela relação entre o objeto e seu possuidor, na medida em que para nós, essa relação desloca os sentidos para as conexões sociais, políticas ou econômicas muito mais que para as condições físicas ou ao valor monetário atribuído ao objeto. Ler a cidade através dessa documentação permitiu o acesso à vida material e imaterial de personagens que registraram e partilham seus bens em torno do processo de inventário, o que os torna participantes de uma coletividade que transforma a cidade e nos dão indícios do passado possíveis de serem vistos no encontro com a fonte.

1.1 Como janela indiscreta do historiador: vasculhando os inventários

A escolha em trabalhar com inventários é muito mais um encontro inesperado de uma pesquisadora em formação com a documentação do que uma seleção entre muitos arquivos. O encontro com os inventários aconteceu ainda no início da graduação com o convite para participar do projeto “Cidade(s) Inventariada(s): cultura material e redes familiares em

Cajazeiras, PB (1876 - 1900)”, na manhã de 22 de fevereiro de 2018 recebi um email com o texto do projeto para ler e me ambientar com a pesquisa e junto dele o horário da reunião. O meu próprio caminho na universidade entrelaçou-se com o rumo da pesquisa; o grupo cresceu com vigências ligadas ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq e possibilitou conhecer os inventários e crescer como pesquisadora.

Entender o que são os inventários me levaram às primeiras leituras sobre a cidade, me apresentando as ruas de Cajazeiras que nunca havia percorrido e à cultura material. Uma fonte que de início parece apenas uma simples lista de objetos fez com que as caminhadas se tornassem diferentes; o envolvimento com o objeto de pesquisa transforma o modo de ver as casas, fronteiras, o que e quem define o que é patrimônio histórico, mas mais do que isso, ler os inventários torna possível ver o lugar de outra forma. Essa mudança acontece em grande parte pela educação do olhar, no trato com a documentação, na adaptação com a grafia, nas curvas das letras de cada escrivão e na leitura de referências. Os dados da documentação nos possibilita conhecer a vida material, algumas vezes o interior das casas e instrumentos que indicam as atividades profissionais ou hábitos cotidianos. Ainda que seja um documento judicial, que obedece uma burocracia, deixa transparecer relações, muito além da posse de bens materiais com valores estabelecidos.

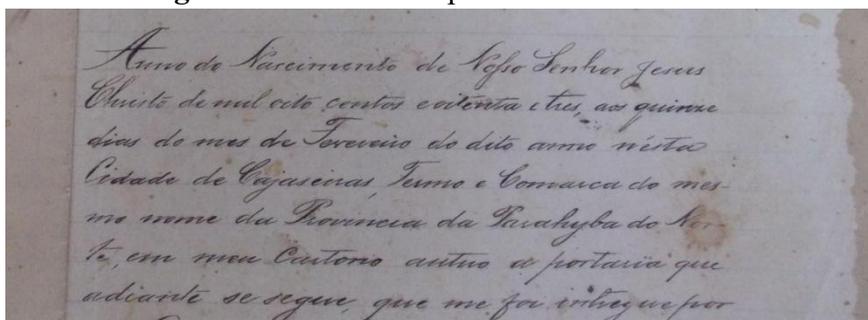
Toda a documentação lida para essa pesquisa encontra-se digitalizada e disponível no Fórum Doutor Ferreira Júnior da cidade de Cajazeiras e no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedith Leitão, um trabalho realizado pelo projeto já mencionado “Cidade(s) Inventariada(s)”. Utilizar o material digitalizado reflete a dificuldade encontrada em visitar o arquivo na cidade que inclusive dispõe de poucos acervos públicos disponíveis. O trabalho metodológico é iniciado na leitura das imagens digitalizadas, para preenchimento da Ficha de Exploração de Inventário, tendo sido esta acessada através do diálogo com o historiador Adriano Teixeira (2012) que permitiu o uso e adaptação da mesma de acordo com as necessidades encontradas na leitura dos processos, potencializando o uso da ficha em que é possível ter rápido acesso ao patrimônio de uma pessoa inventariada e seus valores, assim como outras informações importantes para o entendimento do documento.

Enquanto testamentos revelam os últimos desejos de uma pessoa temente a morte, o que se tinha e para quem se deixava, nos inventários constam o arrolamento e avaliação dos bens deixados, bem como a rede creditícia e a partilha entre herdeiros, tendo como responsável um juiz de orfãos que lavrava os termos (MACÊDO, 2007). Havendo a

presença de testamento, o indicado se sobrepõe às regras da partilha sem testamento. A estrutura do processo de inventário se repete ao longo dos anos, obedecendo a uma ordem específica e quase inalterada ao longo dos anos, dispondo de “[...] abertura, documentos comprobatórios, avaliação dos bens (móveis, imóveis e/ou semoventes¹⁰), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos bens.” (TEIXEIRA, 2012, p. 65) Por seu caráter serial permite aos historiadores,

a partir da análise dos bens deixados do que era inventariado, da forma como se procedia a partilha, entre outras características vislumbramos os valores econômicos, sociais e até culturais de uma sociedade. Apesar de ser único, ou seja, cada documento se referir a uma única pessoa e família, o conjunto dos inventários de todo um período nos possibilita uma análise social mais ampla. (TEIXEIRA, 2012, p. 65)

Figura 2 - Abertura de processo de Inventário



Fonte: Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior¹¹.

Os inventários são então documentos judiciais que detalham o patrimônio de uma pessoa falecida para que se proceda a partilha dos bens e outros trâmites do processo, no século XIX ainda normatizado pelas *Ordenações Filipinas*, responsável não só pela organização e elaboração dos inventários, mas também por outros processos judiciais, o que sofrerá alteração a partir da promulgação de outro conjunto legislativo, o Código Civil Brasileiro no ano de 1916. Ao ler a abertura de um inventário observamos ainda a relação entre o religioso e o civil, o que não se limita ao corrente “Ano do Nosso Senhor Jesus Cristo”, mas, nos inventários mais detalhados e principalmente nos que apresentam o

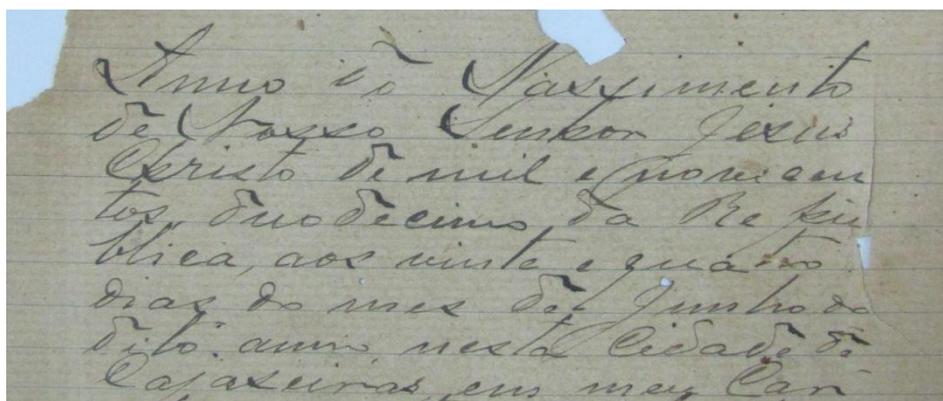
¹⁰ Considera-se como bens semoventes aqueles capazes de mover-se ou seja, animais e no período em questão pessoas escravizadas.

¹¹ Trecho da Abertura do inventário de Victorino Gomes Leitão, no qual se lê: Anno do Arquivo do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e três, aos quinze dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta Cidade de Cajazeiras, Termo e Comarca do mesmo anno da Provincia da Parahyba do Norte em meu Cartorio autuo a portaria que adiante se segue, que me foi entregue por [...] [sic].

testamento anexado, há registros de pagamentos de missas e obrigações que consideram parte dos bens e são descontados antes da partilha, como ocorre no inventário de Salvador de Luna Ramalho¹² em que o mesmo “Deixo para se me mandar diser de Missas cinquenta mil réis e para aquelles com quem tenho tido negocio, quarenta, aos pobres que assistirem ao meo enterro outro tanto e cinquent a mil réis para a referida Capella de Nossa Senhora.” [sic] O ato de inventariar os bens era uma prestação de contas com Deus e com a sociedade, demonstrando que ao morrer a pessoa estava deixando a família amparada e saudando seus compromissos.

Devido às mudanças do ano de 1889 com a Proclamação da República, a própria sociedade vive as tensões que envolvem a separação entre Igreja/Estado no Brasil, a obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, a laicização dos cemitérios e a reação da igreja católica que obriga sua hierarquia a repensar a própria organização institucional (ROLIM, 2016). Na documentação essas mudanças são perceptíveis com a alteração na forma como aparece o ano da abertura do processo; aos poucos a contagem de anos que está inserida leva em consideração os anos decorridos desde a proclamação, por exemplo o “ano de 1897 nono da República”¹³, o que configura uma certa busca por legitimidade do novo estado.

Figura 3 - Abertura de processo do ano de 1900



Fonte: Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900¹⁴.

¹² Inventário de Salvador de Luna Ramalho. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

¹³ Termo de audiência. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1897.

¹⁴ Trecho da abertura de um processo do ano de 1900 no qual se lê: Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e novecentos, duodecimo da República, aos vinte e quatro dias do mes de Junho do dito anno nesta Cidade de Cajazeiras [...] [sic].

Ainda na abertura se indica o juiz de órfãos que conduzirá o processo e a partilha, assim como esta profissão, outras aparecem na documentação como os juizes, advogados, escrivães, oficiais, sendo possível ver suas assinaturas, mas também, nos inventários mais detalhados, inclui-se as profissões de alguns inventariados, entre eles proprietários de terra, comerciantes e membros do clero que circulam entre atividades com maior poder aquisitivo. Por dificilmente serem descritos nos dados pessoais como é o caso do inventariado Manoel Gomes Benevides, que ocupa a função de “delegado de polícia, jurado e eleitor deste termo”¹⁵ e de João Pereira de Sousa Guerra, um cabo de polícia¹⁶, alguns objetos presentes no inventário podem dar indícios da profissão praticada pelo inventariado, como, por exemplo, o inventário do casal Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal, que possui uma série de itens ligados à comercialização e talvez fabricação de peças de ouro e prata, como podemos ver, sendo um dos processos com maior número de equipamentos e instrumentos profissionais arrolados.

Tabela 1 - Equipamentos e mercadorias de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal

DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Martelo grande	1\$000	Alicate (2 unidades)	\$800
Porção ou punção? (15 unidades)	1\$500	Pedra de amolar navalha	\$160
Embutideira (2 unidades)	2\$000	Mírras (3 unidades)	\$450
Maçarico (3 unidades)	\$480	Mírras (5 unidades)	\$800
Pedra de tocar ouro	\$320	Balancinha de pesar ouro	2\$000
Bigorna (2 unidades)	\$320	Martelo pequeno (2 unidades)	1\$280
Tesoura de cortar ouro	2\$000	Folle de ourives	2\$000
Faquez/ toquez grande de pregar fios de ouro	1\$000	Faquez/ toquez Pequena (2 unidades)	2\$000
Bornilos (2 unidades)	\$200	Chapinha de ouro	\$80
Três pedaços de solta	\$320	Frasquinhos contendo líquido (2 unidades)	\$480
Macinho de prata em pó	\$40	Frascos contendo líquidos (2 unidades)	\$480
Frasco de “sidorêto” de ferro	\$500	Maço contendo botões, pedaços de metais e pedra de cinzeiro	3\$000
Pedras de “tocar” ouro (5 unidades)	\$800		

Fonte: Inventário de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1883.

¹⁵ Inventário de Manoel Gomes Benevides, Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1889.

¹⁶ Inventário de João Pereira de Sousa Guerra, Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1898.

Apesar da possibilidade dos inventários serem uma janela para a história econômica, lançamos sobre a fonte questionamentos que vão além de uma dimensão física ou monetária da cultura material, entendendo que podemos compreender outros aspectos da cidade e das suas partes constituintes que não apenas valores econômicos, visto que para nós o significado de cabedal atribuído ao acúmulo de bens deixa de representar apenas um número e passa a significar uma garantia de poder e prestígio social. Na medida em que percebemos essa riqueza material, entendemos que a posse de determinados bens “[...] poderia simbolizar diferenciação social, já que apenas as famílias mais abastadas tinham condição de adquiri-los” (ALENCAR, 2014, p. 56). Isso configura outra limitação da pesquisa, observando que apenas uma parcela restrita da sociedade tinha condições para adquirir bens e deixar um patrimônio a ser inventariado, e também pelas custas que este processo atraía, o que significa o pagamento das pessoas que exerciam cargos públicos e dos diversos termos e declarações. Mesmo com o caráter serial da fonte,

cada inventário é único. Tem-se, pois, uma gama variadíssima da população (sobretudo das camadas médias) que vai dos artesãos aos profissionais liberais, de funcionários públicos a alguns poucos religiosos. Os relatos são minuciosos. É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra. (MAGALHÃES, 1989, p. 31-2)

Considerar que visualizamos parte específica da sociedade não exclui as camadas mais baixas, que também aparecem nos processos principalmente como devedores, no momento das dívidas inventariadas. Sobre isso, entendemos que a história desses despossuídos nem sempre ganham visibilidade “[...] ensurdecidas que eram pelo poderoso alarido das classes mais abastadas, mesmo porque essas dominavam os códigos de leitura, escrita e oralidade hegemônicos disponíveis somente aos mais remediados.” (MACÊDO, 2007, p. 27) Os recortes e as escolhas excluem, inviabilizam parte das personagens, isto faz também parte do ofício do historiador, contudo a pesquisa demonstrou que podemos, quando possível, complementar os dados dessas pessoas através de outros processos encontrados na documentação como autos de embargo; audiências; ações civis e processos crimes, por

exemplo, considerados como processos complementares, que auxiliam no entendimento das dinâmicas de sociabilidade.

1.2 Despossuídos e invisibilizadas na sociedade

Esteve presente nas responsabilidades com esta pesquisa problematizar os inventários quanto à parcela da população que eles apresentam. Se compararmos o número de registros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Cajazeiras para o período abordado (1876-1900), um total de 372¹⁷, em oposição aos registros de inventários obtidos, observamos a quantidade de pessoas que tinham haveres suficientes para que fosse elaborado um inventário *post mortem*. Se nem toda população livre tinha bens suficientes para esse processo, pessoas pobres e escravizadas que viviam à margem da sociedade, aparecem tanto no momento das dívidas sendo devedoras, como já dito, ou mesmo, devido ao recorte, como bens semoventes. A posse de um escravizado é vista como uma referência de riqueza no período, com apenas algumas pessoas (um total de sete inventários) apresentando um ou mais escravizados no espólio, sendo o maior possuidor Mariano Gomes de Albuquerque com um total de 04 (quatro), enquanto outros processos mostram alguns escravizados deixados livres após a morte do inventariado.

Tabela 2 - Escravizados arrolados entre os bens semoventes

INVENTARIADO	NOME	INFORMAÇÕES	IDADE	ATIVIDADE	VALOR
Salvador de Luna Ramalho	Antonio	Criollo/Solteiro	20 anos	Agricultor	1:000\$000
		Criollo/ Tem a chagas			
	Marcos	/ Solteiro	26 anos	-	800\$000
	Manoel	Criollo de côr preta	12 anos	-	650\$000
	Pedro	Criollo	9 anos	-	108\$000*
Anna Maria Bizerra	Luzia	Criolla de côr preta/ Tem a chagas	45 anos	-	100\$000
	Raimunda	Bom estado	32 anos	Cozinheira	250\$000
Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo	Esmeria	Bom estado	15 anos	Sem profissão e sem aptidões	450\$000
Mariano Gomes de Albuquerque	Ilária	Apta para o trabalho/solteira	39 anos	-	250\$000

¹⁷ A informação foi retirada do banco de dados do *FamilySearch*, desconsiderando a idade que se tinha na data do falecimento.

	Félio		10 anos	-	150\$000
	José		16 anos	-	500\$000
	Severina	Parda/solteira	19 anos	-	500\$000
Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacinta de Jesus	Guitesia	Solteira	-	Cozinheira	As duas
	Maria	-	-	-	3\$000
Dona Antonia Maria Gonçalves do Espírito Santo	Joanna	-	49 anos	-	40\$000

Fonte: Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior.

* A avaliação corresponde apenas a uma parte do escravizado, seu valor total corresponde a 500\$000.

Os inventários poucas vezes fornecem informações suficientes para que compreendamos o cotidiano dessas pessoas, a forma como viviam, se alimentavam, ou mesmos descrições mais detalhadas de suas condições, da violência que sofriam, mostrando a necessidade de obter fontes como processos crimes, por exemplo, que são mais extensos, cartas de liberdade ou outras fontes judiciais. Uma dessas, a escritura de compra e venda, demonstra segundo Sidney Chalhoub (1990), um dos aspectos mais traumáticos da escravidão, o comércio de seres humanos. Ainda que não possua detalhes pormenorizados, esses documentos mostram a crueldade das negociações de pessoas, o que perdurou de forma burocrática até o fim da escravidão. Ambas as tabelas permitem ver que os maiores valores eram empregados aos homens mais jovens, principalmente pela “capacidade” de suportar o trabalho mais pesado nas casas e fazendas.

Tabela 3 - Escravizados em escrituras de compra e venda dos anos de 1875 e 1877

TIPO DE PROCESSO	NOME	INFORMAÇÕES	IDADE	VALOR
Escritura pública de compra e venda	Marcos	Mulato	30 anos	700\$000
Escritura pública de compra e venda	Catharina	Mulata, brasileira	26 anos	600\$000
Escritura pública de compra e venda	Raimundo	Cabra, brasileiro	8 anos	600\$000
Escritura pública de compra e venda	Joaquim	Mulato	25 anos	
Escritura pública de compra e venda	Maria	Criola	21 anos	1:500\$000
Escritura pública de compra e venda	Feliciano	-	-	1:000\$000
Escritura pública de compra e venda	João	Preto, brasileiro	24 anos	402\$800
Escritura pública de compra e venda	José	Cabra, brasileiro	24 anos	-
Escritura pública de compra e venda	Joaquim	Cabra, brasileiro	15 anos	950\$000

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Sobre as mulheres inventariadas, nenhuma teve a profissão descrita; mesmo as mulheres de alguma instrução realizavam atividades ligadas à esfera doméstica, longe de exercer atividades como cidadã e segundo Miridan Knox Falci (2011, p. 249), aquelas de

[...] classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prendas domésticas” - orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem-vistas socialmente.

Sobre elas, vemos aparecer a condição de “Dona”, com a presença do prefixo como indicativo de algum título e influência. A condição de Dona corresponde às mulheres distintas de famílias possuidoras da América Portuguesa (ALENCAR, 2014), e mesmo no século XIX, continua sendo símbolo de diferenciação para mulheres pertencentes a famílias de posses. Já as mulheres menos abastadas “Eram [...] costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher.” (FALCI, 2011, p. 250), enquanto escravizadas, como visto (Tabela 1), eram cozinheiras ou executavam outros trabalhos domésticos.

Os bens das mulheres inventariadas estão baseados na economia da região, ou seja, em maior número aparecem os semoventes, contudo “de acordo com a riqueza da família, as mulheres poderiam herdar propriedade de terras, escravos e animais, além de joias, talheres, vestimentas, objetos religiosos, utensílios domésticos, dentre outros” (FREITAS; ALENCAR, 2017, p. 106) O que podemos observar no inventário de Anna Maria Biserra, do ano de 1876, que além disso possui escravizados (um total de três) e é um dos poucos inventários que apresenta dinheiro (noventa e sete mil réis).

Tabela 4 - Pertences de Anna Maria Biserra

UTENSÍLIO	VALOR	UTENSÍLIO	VALOR
Sete colheres de prata, volume piqueno e já velhas, com trinta e cinco oitavas todas e cinco oitavas cada uma. (a \$700 cada)	4\$900	Uma imagem da senhora da Conceição com uma coroa de prata	8\$000
Dois garfos de prata com cinco oitavas cada um. (a \$700 cada)	1\$400	Uma imagem de São Francisco das Chagas, com resplendor de prata	6\$000

Seis colheres pequenas de metal para chá. (a \$200 cada)	1\$200	Uma dita da Senhora Sant'Anna com resplendor de prata	8\$000
Uma bacia de louça branca pintada	1\$000	Um transilim de ouro, com uma crus também de ouro. (com 14 oitavas de peso só o transilim, a 3\$000 cada oitava)	42\$000
Uma chaleira de ferro	2\$000	Uma crus de ouro com oito oitavas. (a 3\$000 cada oitava)	21\$000
Um taixo grande, de cobre já usado, vinte libras de peso mais ou menos. (a 1\$000 cada)	20\$000	Uma redoma de ouro com uma pequena vidraça com sete oitavas. (a 3\$000 cada oitava)	21\$000
Um oratorio de bão estado pintado, com seu estimavel preparo.	15\$000	Uma imagem do senhor crucificado	5\$000
Uma piquena imagem de São Romão com resplendor de prata	2\$000	Uma sela de amontaria de senhora, já velha	5\$000
Uma outra dita de metal [ilegível] crus de madeira.	2\$000		

Fonte: Inventário de Anna Maria Biserra, Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

A figura da mulher e a possibilidade de exercer atividades sociais nesse período ainda estava condicionada ao seu estado civil devido à vivência em uma sociedade dominada pela figura masculina, em que para elas a vida estava restrita ao ambiente doméstico e ao papel de mãe e esposa. Durante o século XIX “[...] se estabeleceu de forma racional uma divisão de tarefas, em razão do sexo, cada um exercendo seu papel” (AMARAL, 2011, p. 02), o que demonstra essa separação entre o espaço público e o privado, no qual poucas delas dominavam a escrita, por isso é recorrente vermos arrogos assinando por elas, apesar de casos encontrados na documentação; o fato de aprenderem a assinar seus nomes é um indício de instrução como afirma Baíza Faustino Soares (2017) e o vemos no inventário de João da Cruz Albuquerque, em que a inventariante e cabeça de casal, Dona Theresa Maria, assina por si¹⁸.

Elas aparecem em grande parte dos processos como inventariantes e herdeiras de alguns bens na partilha da herança, muito embora sua condição seja impressa com uma leitura de incapacidade feminina diante da administração de suas posses, já que era incubida ao marido o “poder marital”, ainda que este não pudesse vender os bens de sua esposa sem sua expressa autorização¹⁹, apenas em 1916 é permitido que mulheres casadas controlem seus bens sem o julgo do cônjuge (FALCI, 2011). Embora as mulheres, mesmo participando dos procedimentos de inventariar e administrar bens, não apareçam na maior parte dos documentos como negociadoras de bens ou cabeça de casal, podemos ver alguns desses casos

¹⁸ Inventário de João da Cruz Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

¹⁹ Ord. Filipinas Livro 4 tit. 48.

na documentação em que as mesmas protagonizam venda de imóveis no inventário de Francisco Beserra de Sousa²⁰, sendo preciso lembrar que apenas a partir do uso das declarações de compra e venda desses imóveis seria possível conhecer maiores detalhes sobre as negociações e envolvidos nas transações dos bens, o que configura um limite na leitura apenas dos inventários.

Tabela 5 - Mulheres como negociadoras de bens

VENDEDORA	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	LOCAL	VALOR
Maria da Conceição S' Albuquerque	Uma casa de tijollo, em preto, com duas portas de frente, uma de fundo, duas sallas e um quarto	Rua da Matriz	120\$000
Umbelina Maria de Albuquerque	Uma casa de tijolo, em preto, sob numero desoito (18), com duas portas de frente, uma de fundo, duas sallas e um quarto em terras do Patrimonio da Padroeira	Rua da Matriz	120\$000
Felismina Maria de Albuquerque	Uma casa em preto sob numero dezaseis (16) com duas portas de frente e uma de fundo duas sallas e um quarto, situada em terras do Patrimonio da Padroeira	Rua da Matriz	120\$000
Maria Theresa Miquelena e sua filha Caitana	Uma casa de tijollo sob numero quatro (4) com uma porta de frente e outra de fundo e duas sallas, em terras do Patrimonio da Padroeira	Rua da Feira Velha	100\$000
Joanna Natalina Maria de Miranda	Uma casa de tijollo, sob numero trinta e um (31), com duas portas de frente e uma no oitão, uma porta no fundo, dois quartos, uma salla, muro em ruinas no oitão, tendo no fundo dois quartos, cada um com uma porta de frente, sendo esta voltada para a Rua do Sol, fasendo destes quartos parte integrante da casa, toda em preto e em terras do Patrimonio da Padroeira	Rua Nova	300\$000
Francisca Dantas de Albuquerque	Uma casa de tijollo, sob numero vinte e trez (23), com uma porta e uma janella de frente, uma porta de fundo, duas sallas, dois quartos, cozinha e muro em terras do Patrimonio da Padroeira	Rua Nova	350\$000
Dona Maria das Dores de Jezus	Um quarto de tijollo sob numero quarenta e nove (49), com pratileiras e balcão, em branco, em terras de Patrimonio da Padroeira	Mercado Público	230\$000
Dona senhorinha Maria de Jezus	Uma parte de terras com uma casa de taipa, cercados e outras benfeitorias no sitio denominado Ingá termo de Lavras da Provincia do Ceará comprada á Dona senhorinha Maria de Jezus como consta da escriptura particular de data de vinte seis de Fevereiro de mil oitocentos e setenta e oito por ella passada	Lavras da Provincia do Ceará	200\$000

²⁰ Muito embora isso possa ser mais facilmente visto diante da condição de viuvez do que nos casos das mulheres casadas ou solteiras da época (ALENCAR, 2014).

Dona Urçula Maria da Conceição	Uma parte de terras no valor de sete mil dusestos e setenta e setenta reis na data da Alogôa de São Francisco deste termo e Freguesia no sitio denominado Catolé da Barra do Riacho da Maçaparacima com um cercado no baxio da Palmeira como se vê da escriptura particular passada em data de vinte e um de janeiro de mil oitencentos e oitenta e quatro por Antonio Simplicio do Nascimento á rogo da vendedora Dona Urçula Maria da Conceição	Alagôa de São Francisco	50\$000
Dona Maria Francisca do Sacramento	Uma fazenda de crear denominada Arara com todas as terras que forão dadas em meiação á viuva Dona Maria Francisca do Sacramento no inventario de seo finado marido Luis Jozé Limeira, feito no termo de Souza com casa de vivenda, bolandeira, machina de descaroçar algodão e mais pertenças, currais, cercado e quais quer outras benfeitorias, havido por compra á dita viuva como consta na escriptura passada pelo Tabelião interino desde termo Manoel Ferreira da Cruz	-	800\$000

Fonte: Inventário de Francisco Beserra de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1884.

Entre a documentação lida nem todos os processos possuem detalhes pormenorizados, contando nas descrições dos bens com adjetivos como “bom” e “novo” que tendem a valorizar o valor final do item, enquanto quando os objetos e bens são acompanhados de referências como “velho”, “desgastado”, “usado”, desvalorização as terras, os animais ou o mobiliário, na maioria dos casos. Esses valores são atribuídos por avaliadores, os chamados louvados, indicados pelo juiz. Entendemos que os avaliadores não agem de forma neutra nesses casos, ou seja, eles participam da teia de relações da cidade sejam elas políticas, econômicas ou sociais, podendo agir a partir de seus interesses e dos seus próximos, mesmo porque “não existia, à época dos inventários do século XIX, qualquer tipo de instrumento que guiasse as avaliações, a não ser a prática cotidiana e a boa fé dos avaliadores, responsáveis por determinar os preços dos bens.” COSTA (2013, p. 8) Dessa forma, é preciso considerar as relações entre membros da sociedade cajazeirense que atuavam como agentes do Estado, o que traz para eles determinado destaque na trama social do momento, bem como o destaque dado aos funcionários no geral, no caso as pessoas letradas que atuavam no processo, como juízes; escrivães; arrogos²¹, tutores e oficiais de justiça, nomes que se repetem nos processos de inventário, assim como nos processos complementares.

Ao final do inventário, decorre a partilha dos bens e no caso de haver cônjuge, tendo eles casado por “carta de ametade”²², ficava a condição de meeiro dos bens da pessoa

²¹ Arrogo é uma expressão jurídica que delega a uma pessoa assinar documentos, de modo a identificar outra em caso de não saber escrever.

²² Ord. Filipinas Livro 4 tit. 46.

falecida, ou seja, aquele que ficava na condição de viúvo herdava metade dos bens do casal. Sendo o marido falecido, a mulher ficava em posse dos bens e tornava-se cabeça de casal²³, exercendo a responsabilidade que cabia ao chefe da família. A outra parte da herança era destinada aos demais herdeiros ou partilhada conforme testamento deixado, caso houvesse, e na eventualidade de não existirem herdeiros descendentes, a segunda parte dos bens, se não deixados em testamento para a esposa, passariam aos pais do falecido. Entretanto, o estudo da partilha dos bens permite ver a rede de relações para além do círculo da família nuclear, englobando não apenas a família consanguínea, mas os laços de parentela e uniões com membros não consanguíneos (FARIA, 1997). A partir disso, entendemos que

[..] a sucessão e herança, moto maior de documentos desta natureza, descortinam a forma como as pessoas se dividem em uma rede de relações que extrapolam a família nuclear (pai, mãe e filhos) ao considerar os indivíduos que são parentes biológicos ou rituais do inventariado, assim como aqueles por quem ele tinha apreço e queria resguardar com alguma fração de seu patrimônio. (MACÊDO, 2007, p 84)

A processo de partilha descreve além do *monte mor*²⁴ e monte líquido, ou valor partível, o nome e grau de parentesco dos herdeiros e quando bem detalhado, apresenta o estado civil, cônjuges e também as idades dos órfãos menores de 21 anos. No caso dos órfãos, é necessário ainda que seja declarado um tutor; na maioria dos casos vistos nos inventários é nomeado pelo juiz de órfãos um parente do sexo masculino, com exceção para poucos casos em que a mãe é nomeada tutora, como acontece com Dona Generosa Maria da Conceição, que se responsabiliza por seus filhos menores após a morte do marido Hermino José de Souza²⁵ e em dois casos a mãe e inventariante do processo se recusa a aceitar a tutela dos filhos, no primeiro é nomeado um irmão da mesma e a recusa é justificada pela possibilidade de contrair segundas núpcias, enquanto no segundo é nomeado o avô à tutela dos menores²⁶. Ser nomeada tutora, estava assegurado à viúva por lei para que a mesma cuidasse da propriedade dos filhos se nomeada pelo juízo, ainda que a situação pudesse mudar após novas núpcias (METCALF, 1989) e era uma responsabilidade que

²³ Ord. Filipinas Livro 4 tit. 95.

²⁴ *Monte mor* refere-se ao valor total do patrimônio inventariado, diferente do monte líquido, já que este valor já dispensa as custas do processo, ou seja, os pagamentos.

²⁵ Inventário de Hermino José de Souza. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. 1876.

²⁶ Inventário de José Gomes da Silva, 1892; inventário de Bernardino José Ferreira, 1880, Fórum Doutor Ferreira Júnior.

[...] consistia na proteção e cuidado do menor, especificamente sobre seus bens, até que atingisse a maioridade de 21 anos à época, mesmo com a mãe ainda viva, pois esta não detinha o direito de administrar os bens dos próprios filhos, e sim apenas a sua parte na herança. (OLIVEIRA, 2020)

Chama-se atenção para o fato de que os nomes dos órfãos geralmente não apresentam sobrenomes no rol dos herdeiros, como observado no inventário de Manoel Gonsalves da Silveira²⁷. Pode-se inferir que os sobrenomes não são incorporados nesse momento devido os mesmos só ganharem reconhecimento social após o início das atividades civis, ou após o casamento e adoção do sobrenome da família da união. Além disso observamos na tabela abaixo os nomes das duas herdeiras, que mesmo casadas possuem como sobrenome “Jesus” e “Conceição”, não adotando os sobrenomes dos esposos, o que pode indicar a ligação religiosa, e que não se restringe apenas à esses nomes, mas à outros como “Amor Divino” e “Espírito Santo”. Para Muirakytan Macêdo (2007) no século XVIII a homonímia era rara nos casamentos e as mulheres preservavam seus nomes de batismo, o que prejudica em parte as pesquisas sobre reconstituições familiares do período colonial, fato que vai sendo alterado com o passar do tempo.

Tabela 6 - Herdeiros de Manoel Gonsalves da Silveira

NOME	PARENTESCO	CÔNJUGE
Maria Francisca Xavier	viúva	Manoel Gonsalves da Silveira
Antonia Maria de Jesus	Filha	Felismino Gomes da Silveira
José Gonsalves da Silveira	Filho	Casado (mas não apresenta nome da esposa)
Anna Maria da Conceição	Filha	José Ignacio da Silveira
Joaquim	Filho	Solteiro, 16 anos
Antonio	Filho	Solteiro, 14 anos
Francisco	Filho	Solteiro, 13 anos
Manoel	filho	Geme á Francisco, 13 anos
Maria	Filha	Solteira 12 anos
Miguel	Filho	Solteiro 10 anos
João	Filho	Geme á Miguel, 10 anos
Luiz	Filho	Solteiro 7 anos
Maria	Filha	Solteira, 4 anos
Rozalina	Filha	Solteira, 9 meses

Fonte: Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

²⁷ Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

O conjunto de fontes analisadas, um total de 63 inventários, além dos processos complementares nos permitiu conhecer elementos da sociedade cajazeirense e das relações sociais estabelecidas através da posse de bens materiais, nesse sentido, analisamos o cotidiano através do patrimônio e da rede de sociabilidade que se exprime nos documentos.

Embora toda documentação imponha limites ao historiador, explorar os inventários é provocador e exige o conhecimento não só da grafia do século XIX, mas também das nuances do período, entendendo que há uma série de interesses que se intercalam com a produção e as normas dessa documentação. Ainda que a visita ao arquivo tenha permitido conhecer os investimentos no cabedal familiar, o tipo de bens que o formam e como ocorriam as partilhas em Cajazeiras no fim do século XIX, este é apenas uma das formas de contar parte da história da cidade, feita a partir do interesse em considerar a documentação a partir da riqueza da história social e da cultura material, deixando com que percebamos aspectos da vida e do cotidiano, das relações dentro e fora das casas.

Andar pela cidade e ser estimulado a fazer uma leitura do espaço, das casas e das ruas, nos possibilita conhecer a cidade multifacetada, plural em significados e histórias dos que vivem e viveram a partir de suas relações com esse mesmo espaço, com sua construção e desenvolvimento. Pensar a cidade através de uma documentação pessoal, ainda que burocrática como os inventários, permite conhecer narrativas dos habitantes da cidade, deixando espaço para que essas histórias sejam esmiuçadas, pois ao historiador não pertence o poder de reconstituir o passado em sua totalidade, através de nossas escolhas recortamos e tecemos apenas parte da trama; as lacunas, os espaços ocupados com a subjetividade participam do processo da história que se narra e é construída.

2. CABEDAL E CULTURA MATERIAL: o cotidiano através do microscópio

2.1 Inventários como registro de cultura material e distinção

As coisas têm vida própria. Tudo é questão de despertar a sua alma.

(Gabriel Garcia Marques)

Investigar os inventários *post mortem* abre possibilidades para conhecer a vida material, o cotidiano, os espaços pelos quais circulavam parte dos homens e mulheres que formam a cidade. O número de documentos encontrados para o período analisado, um total de 63 inventários localizados originalmente no Fórum Doutor Ferreira Júnior da cidade de Cajazeiras para os anos que vão de 1876 a 1900 demonstra a concentração dos bens nas mãos de poucas famílias, o que não significa que encontramos grandes fortunas ao analisar os valores que configuram o *monte mor* (em réis) de cada inventário, ou seja, a soma do que foi avaliado pelos louvados, os quais falamos anteriormente.

Ainda que as nossas análises estejam pautadas muito menos em valores monetários e mais no significado do cabedal em si, o que valoriza o significado da posse para além da quantia que o bem estava avaliado e a rede de sociabilidade em que este proprietário estava inserido, ou seja, a posse angariava *status* para quem a detinha, observamos que 61,3% dos inventariados possuíam um patrimônio de até 1:000\$000 (um conto de réis) e desses, mais de 70% não chegam a 500\$000 (quinhentos mil réis).

Para os inventários que apresentaram um *monte mor* de até 500\$000 (quinhentos mil réis) a média dos valores foi equivalente a 272\$622 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois réis), enquanto para os 10 processos em que a soma de bens foi de 500\$000 (quinhentos mil réis) a 1:000\$000 (um conto de réis), a média chegou a 684\$092 (seiscentos e oitenta e quatro mil e noventa e dois réis). O que podem parecer pequenas quantias, apresentam uma grande diferença social se considerarmos o inventário de maior *monte mor* que encontramos no ano de 1884 com uma fortuna de 193:798\$005 (cento e noventa e três contos, setecentos e noventa e oito mil e cinco réis) e o menor valor encontrado no ano de 1887 de apenas 58\$000 (cincoenta e oito mil réis).

Tabela 7 - Divisões do Monte Mor

MONTE MOR (em réis)	Nº DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM (%)
Até 500\$000	28	45,2
500\$000 - 1:000\$000	10	16,1
1:000\$000 - 5:000\$000	20	32,3
> 5:000\$000	4	6,5
TOTAL	62	100

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

*Um processo não contava com os valores completos dos bens, não permitindo a soma para obter o monte mor.

Assim, observamos uma economia de poucos bens ainda entre aqueles que tinham patrimônio suficiente para ser inventariado. As diferenças entre os inventariados, como analisa Cláudia Martinez (2006, p. 132) para o Vale do Paraopeba²⁸, passam por questões temporais, geográficas e também

[...] por questões relacionadas à composição interna e externa do espaço doméstico, com as moradias com coberturas de telhas ou sapês, com seus móveis importados ou fabricados na localidade, os livros os adornos, os oratórios as jóias, as vestimentas, os instrumentos e equipamentos de trabalho e muitos outros objetos que compunham a cultura material daquela época.

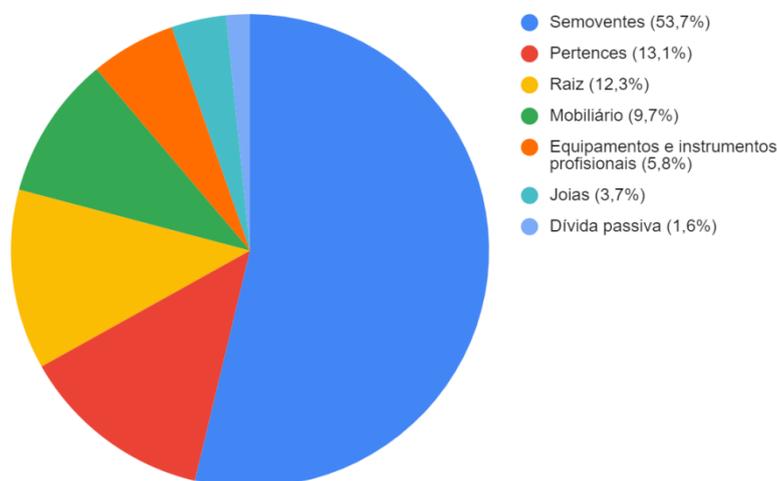
Ao observar os inventários de Cajazeiras, identificamos as alterações na concentração de investimentos ao longo do tempo e vemos que para o período estudado o maior número de posses está acumulado sobretudo em “bens semoventes”, “pertencentes e utensílios domésticos” e em “bens de raiz”, como visto no gráfico abaixo, mas podemos ainda observar a organização dos processos que apresentam o arrolamento de “móveis”, “jóias”²⁹, “equipamentos e instrumentos profissionais” e “dívidas passivas”. Os inventários *post*

²⁸ A autora considera três grupos sociais de acordo com a cultura material em sua análise, no **Grupo A** estariam os mais afortunados, o **Grupo B** o setor intermediário e o **Grupo C** seriam os menos favorecidos. Consideramos em nossa pesquisa apresentar apenas uma divisão de valores que mostrasse que apesar de haverem casos de inventariados com um grande *monte mor*, o que encontramos na maioria são patrimônios que estão inseridos em até 1:000\$000 (um conto de réis) e apresentando outro referencial de riqueza. Ver: MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

²⁹ Alguns inventários apresentam separadamente os bens em ouro, em prata e em cobre. Optamos por mostrar as jóias em ouro e prata em uma mesma categoria para facilitar a visualização dos dados. Pertences e utensílios como “um pente de prata” ou “colheres de prata” foram considerados dentro de sua própria variável: pertences e utensílios domésticos, enquanto pares de brinco, crucifixos, botões, abotoaduras, correntes e trancelins de ouro e prata estão entre as jóias.

mortem também apresentam as dívidas ativas, ou seja, dívidas nas quais os inventariados eram credores, contudo, falaremos delas mais adiante.

Gráfico 1 - Concentração de cabedal (1876 - 1900)



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Essas variáveis ou categorias nos auxiliam a visualizar separadamente diversos ambientes, desde o espaço doméstico e privado ao que está da porta para fora: o espaço rural, trocas comerciais, as atividades profissionais desenvolvidas incluindo as redes de sociabilidade em que estas pessoas estão inseridas, dessa forma, permite compreender a cidade para além das funções política e econômica, mas como espaço de festividades populares e religiosas (MARTINEZ, 2007), manifestações essas que permitem que as pessoas se conheçam, firme e fortaleçam acordos e se mostrem com adornos que os distinguem a partir do seu lugar social, sendo assim, a cidade é um local para apresentar-se socialmente.

Ir “para a rua” até pouco tempo, se não até hoje, significava vestir as melhores roupas, enfeites e sapatos. Apesar de não aparecerem em um número expressivo, mesmo entre mulheres de famílias abastadas, as jóias, elementos de distinção (ALENCAR, 2014), poderiam ser usadas nesse momento, assim como para ir às missas e à festas religiosas locais, uma ou duas vezes por ano na cidade (FALCI, 2011). Nos inventários são encontradas também jóias de caráter religioso como crucifixos, mas também cordões de ouro, alfinetes, anéis e relógios, que podiam ser lisos ou como aqueles apresentados no inventário de Vitalina

Maria de Jesus: “um anelzinho roliço”, “um anel rendado” e “um anel com pedra azul”³⁰, esses mais trabalhados.

Ampliando a presença da religiosidade entre os bens, para além dos crucifixos já citados, imagens e oratórios somam-se aos objetos religiosos que são artefatos de distinção, não podendo ser obtidos por qualquer pessoa devido ao valor dos mesmos (ALENCAR, 2014; MACÊDO, 2007). Foram registrados pouquíssimos oratórios (um total de seis), eles se diferenciam tanto no valor como por terem ou não imagens, pelo material de que é feito, assim como pelo seu estado (bom, novo, usado ou velho), já que “um oratório [com] três imagens do Senhor Crucificado, Santo Antonio e da Senhora da Conceição”³¹ era equivalente a 25\$000 (vinte e cinco mil réis), um “com duas imagens sendo uma do crucificado e outra da Senhora da Conceição”³², 22\$000 (vinte e dois mil réis), “um oratorio de bão estado pintado, com seu estimavel preparo”³³ [sic] estava avaliado em 15\$000 (quinze mil réis) e “um oratório sendo velho”³⁴ descrito entre os bens de ferro custava apenas 2\$000 (dois mil réis).

As imagens apresentadas individualmente podiam variar de 2\$000 (dois mil réis) a 8\$000 (oito mil réis). Foi encontrada apenas uma referência a um rosário “grande de ouro, tendo uma cruz”³⁵ que foi avaliado em 45\$000 (quarenta e cinco mil réis). As famílias rezavam com devoção e entoavam cânticos ao Senhor Crucificado e às Nossas Senhoras por proteção e para que graças fossem atendidas, “era tudo de cabeça, naquele tempo pouca gente sabia ler e os oratórios eram pequenininhos de madeira, não tinha detalhe de vidro, parecia uma caixinha de madeira”³⁶. Rezavam também para os seus padroeiros por preces específicas como era cair a chuva no sertão em que rogavam os agricultores à São José, como supomos que fazia o senhor José Pereira Dias, dono de uma série de cuias de arroz, milho e feijão, chamados no inventário de “ligumes” [sic] e ferramentas como machados, facões, um

³⁰ Inventário de Vitalina Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

³¹ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1881.

³² Inventário de João Mariano d’ Oliveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1899.

³³ Inventário de Anna Maria Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

³⁴ Inventário de Antonio Caetano Leite. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

³⁵ Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

³⁶ Fala de Dona Francisquinha. Ela veio para Cajazeiras (morava quando criança no Sítio Baixa Grande, área rural da cidade) "perto dos quinze anos", como costuma dizer, já em meados do século XX, mas informa que muita coisa era parecida com o fim do século XIX. Emocionada, lembrou do sítio do avô, das cuias e litros de legumes e da reza pelas chuvas, assim como das missas do mês de maio que a tia "moça velha" fazia em frente ao oratório de madeira da casa (04 de janeiro de 2022).

cavador e uma parte de terra que tem como benfeitorias três pés de coco de praia, bananeiras e um pequeno canavial³⁷, assim como de uma imagem do protetor dos que esperam a chuva.

Meu divino São José,
Aqui estou a vossos pés.
Dá-nos chuva com abundância,
Meu divino São José.
"O sertão é uma espera enorme",
Dá-nos chuva com abundância,
Meu divino São José.³⁸

2.1 Pertences e bens do espaço doméstico

Os bens que compõem os pertences e utensílios domésticos (13,1% do cabedal), apresentam junto ao mobiliário inventariado (9,7%) o cenário doméstico, o interior das casas. Através desses bens percorremos pela cidade entrando portas adentro, identificando os poucos móveis que ficavam nos alpendres, nas salas utilizadas para receber visitas ou realizar refeições, os instrumentos de alimentação, as camas e redes para dormir. Analisar a cidade a partir da cultura material, permite então conhecer a complexidade das relações públicas e privadas que se deixam entrever na documentação e com os objetos, nos fazendo observar, que os mesmos não podem ser vistos apenas pelo estado físico, visto que

[...] o “sophá”, a “namoradeira” ou os lenços adamascados, entre tantos outros exemplos encontrados nos inventários *post-mortem*, seriam interpretados apenas enquanto um objeto pertencente à sua categoria estética e não como um artefato que pode dialogar com o seu tempo, com o local onde foi confeccionado e com o público para o qual foi produzido e destinado. (MARTINEZ, 2006, p. 46).

Cadeiras, copos ou talheres por si só não nos informam sobre quase nada, mas a partir do interesses nas relações entre as pessoas e os usos dessas coisas, compreendemos a cultura material como porta de estudo da cidade, que nos mostra os gostos, investimentos, mudanças e permanências de hábitos que fazem parte do cotidiano. Ao ver por exemplo a posse de alguns utensílios domésticos, analisamos o valor simbólico que estes adquirem na sociedade,

³⁷ Inventário de José Pereira Dias. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1899.

³⁸ Disponível em: <http://www.catoleneWS.com.br/plugins/p2_news/printarticle.php?p2_articleid=25228>. Acesso em: 04 jan 2022.

muitas vezes sendo utilizados apenas em exceções, como a visita de alguém do clero ou da alta sociedade.

Dessa forma, as louças foram possivelmente empregadas em formas de sociabilidade que destacavam ideais tais como solidariedade, reciprocidade e respeito, valores cuja manutenção era essencial para a família garantir sua posição social, seus laços dentro da comunidade, e mesmo sua sobrevivência, em uma sociedade em que o status do indivíduo era marcado muito mais pelas relações sociais do que pela posse de bens materiais. (SYMANSKI, 2008, p. 89).

Apesar do autor discutir a respeito de peças de louça, a ideia pode ser realocada para pensarmos usos de outros bens como os talheres, copos e itens decorativos em maior ou menor grau. É preciso dizer que a presença desses bens não está diretamente ligada ao seu uso (ALENCAR, 2014; MARTINEZ, 2006). Por exemplo, “a dificuldade e a raridade dos talheres no período fazia com que ele fosse arrolado como um patrimônio familiar [...]” (ALENCAR, 2014, p. 67), como visto no inventário do ano de 1892 de Joaquim Antonio do Couto Cartaxo, que possuía uma dúzia de colheres de metal a princípio para sopa e uma dúzia de colheres de metal a princípio para chá³⁹.

Isso não significa que estas colheres eram utilizadas diariamente, não sendo apresentadas xícaras, louças de nenhum material que permitisse o consumo e utilização destas colheres. A partir de algumas leituras compreendemos que a presença de determinados bens, não significava fazer seu uso contínuo, como é o caso apresentado por Ana Cecília Alencar (2014) sobre a presença de louças e talheres analisadas nos inventários de Quixeramobim, Capitania do Siará grande, onde “algumas pessoas poderiam possuí-los apenas para disponibilizar para um visitante ilustre ou simplesmente para exibi-los. Geralmente, eram utilizados em grandes eventos, como o jantar oferecido a um membro da Igreja.” (ALENCAR, 2014, p. 66-67)

A diferenciação dos valores devido a matéria prima que eram feitos também se verifica em itens dessa natureza. No inventário de Antonio Leite Caetano⁴⁰ “Três colheres, com o peso de trinta e quatro oitavas, avaliado a oitava a \$100”, ou seja, devido a unidade de medida podia ser de prata ou mesmo de ouro, teriam o valor total de 3\$400 (três mil e

³⁹ Inventário de Joaquim Antonio do Couto Cartaxo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1892.

⁴⁰ Inventário de Antonio Leite Caetano. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

quatrocentos réis), já as “nove colheres de arame, avaliadas pela quantia de cem réis cada uma” do senhor José Pereira Dias⁴¹ equivalem a \$900 (novecentos réis).

Podemos, por exemplo, observar através dos inventários que as relações estabelecidas e a trajetória dos inventariados podem ainda contribuir na explicação da posse de alguns bens (SÁ, 2017) e apreender o significado dos seus usos. São registrados no inventário de Josefa Candida Bezerra, no ano de 1876, “um copo de vidro 500 reis, um copo grande de prata 5\$000, Uma conxa de prata para sôpa, 3\$000, uma dita para assucar, 1\$500. Quatro colheres pequenas de para para chá, 2\$000” [sic]. Apesar dos aparelhos para alimentação, o que revela possíveis mudanças nos hábitos à mesa (MACÊDO, 2007), não são encontrados armários para que pudessem ser guardados esses pertences, em oposição à esse fato, são encontrados “jogos de caixas”, “jogos de baús” e “jogos de malas” em grande parte dos inventários.

Figura 4 - Baú



Fonte: Acervo de Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007)

Os primeiros poderiam servir tanto para guardar alimento e organizar utensílios domésticos de quaisquer cômodos da casa, como também para transporte de itens; enquanto as malas poderiam servir mais à viagens (MACÊDO, 2007), embora nossas fontes não demonstrem detalhes a ponto de verificar o uso dos mesmo e nem móveis mais elaborados que serviriam para expor os utensílios domésticos, a cultura material revela mudanças na forma como se comportam pessoas e grupos sociais (REDE, 2003). Entre os pertences domésticos e mobiliário normalmente se encontram mesas⁴² que podiam ter ou não gavetas,

⁴¹ Inventário de José Pereira Dias. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1899.

⁴² As mesas geralmente são apresentadas em madeiras como cedro, pau d’arco e cumará e vem acompanhadas algumas vezes das medidas em palmos; se são novas ou usadas e estão entre os poucos móveis que vemos aparecer como emprestados, assim como cômodas e alguns animais.

cadeiras, camas de palha ou de couro⁴³ e bancos (ou tamboretas) de couro ou madeira. No inventário de Antonio Lins de Albuquerque, por exemplo, observamos um ambiente interno com alguns móveis como uma mesa de cedro com duas gavetas medindo seis palmos, outra mesa da mesma madeira medindo sete palmos, mas sem gavetas, quatro bancos de cumará já serrados, uma cama de couro de gado em bom estado, quatro jogos de malas, três caixas velhas e dois caixões, sendo um de pajero e um de cedro⁴⁴, dando indícios de como funcionavam os cômodos da casa e os possíveis usos dos objetos, pois parte dessas mesas, por exemplo, são descritas como “para jantar”, ainda que a sala de jantar não fosse tão comum, mesmo nas descrições mais detalhadas das casas em que se descrevem os cômodos ou a mobília. O ato de sentar-se em conjunto com outros, à mesa ou reunidos em bancos, por si já é um ato de sociabilidade (MACÊDO, 2007) e o fato de estar na sala de jantar, fez desse momento também um espaço para exibição e representação, dominado pela figura masculina e “[...] destinado sobretudo à consolidação de vínculos e alianças.” (LIMA, 1995, p. 136)

Assim como as mesas, os bancos eram também medidos em palmos, indo de 5 a 16, nos quais sentavam de três a quatro pessoas, como informa Muirakytan Macêdo (2007). Tinham de pouco mais de um metro a menos de quatro e segundo o mesmo autor estavam localizados na parte mais “pública” da casa, o copiar ou alpendre, “[...] um lugar de homens recebendo outros homens, conversando, fechando acordos de trabalho, proseando-se em pé ou sentado, dependendo da complexidade do assunto e da disponibilidade do tempo.” (MACÊDO, 2007, p. 160) No inventário de Dona Vitalina Maria de Jesus⁴⁵ encontra-se um banco “de pau de arco com des palmos de comprimento” [sic] que custava 2\$500 (dois mil e quinhentos réis), já os bancos individuais eram mais baratos, como os dois bancos pequenos avaliados a 1\$000 (mil réis) na partilha dos bens de Antonio Francisco dos Santos⁴⁶.

No caso dos tamboretas, devido a confecção mais complexa “[...] tornavam-se muito caros, pois, além de madeira eram confeccionados com couro na tampa do assento” (MACÊDO, 2007, p. 160) comprovado ao vermos que “um tamborete de madeira coberto de sala, já usado”⁴⁷ valia 1\$000 (mil réis) apesar do seu estado. Encontramos ainda algumas

⁴³ Foram encontrados poucos registros de camas (5) e redes (3) com valores de até 3\$000 réis, com exceção de uma cama de palhinha em bom (40\$000), o que demonstra a dificuldade em possuir esses bens, ou que não eram significativos para constarem no arrolamento.

⁴⁴ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1892.

⁴⁵ Inventário de Vitalina Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

⁴⁶ Inventário de Antonio Francisco dos Santos. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1885.

⁴⁷ Inventário de Anna Maria Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

cadeiras, podendo essas ser de madeira cobertas com sola (couro) ou palha (palhinha), e seus valores variando de 1\$000 (mil réis) a 6\$000 (seis mil réis) cada. Já de forma raríssima encontramos quatro sofás, pertencentes à mesma família, um de palhinha por 30\$000 (trinta mil réis) no inventário de Josefa Candida Bezerra⁴⁸ do ano de 1876 e outros três no inventário de seu irmão Francisco Beserra de Sousa no ano de 1884, sendo um sem maiores descrições compondo a mobília de uma casa inventariada, outro de [pau] amarelo por 20\$000 (vinte mil réis) e mais um de angico no mesmo valor.

Já descrevemos alguns objetos ligados de forma direta ou não à cozinha, como os talheres ou as mesas de jantar. Além deles, poucos outros bens inventariados mostram relação com esse ambiente, como é o caso de algumas chaleiras e bacias de louça (uma de ferro e uma branca pintada), e de forma mais comum, os tachos aparecem feitos geralmente de cobre, de tamanho grande e pequeno, o que fazem com que tenham preços diferentes “avaliados pelos avaliadores”⁴⁹. Um único processo mostra um forno “de tijolho e barro ainda em bom uso para cuser farinha.” [sic] no inventário de Anna Maria Bezerra⁵⁰, que provavelmente ficava no exterior da casa para o preparo da farinha.

Marcando as diferenças entre parcelas da sociedade, a parte mais abastada obtinha produtos importados e manufaturados buscando estabilizar o poderio econômico e também social. Simbolicamente, estes bens conferiam distinção e relevância de quem os possuía na cidade, definindo os referenciais de estilo e de riqueza, ao passo que concordamos no que diz Pierre Bourdieu sobre os grupos de *status* que

[...] se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por uma certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade, a raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial. (2007, p. 15)

Muito embora pessoas que possuíssem esses bens tenham se tornado distintas socialmente, não significa que as mesmas detivessem os bens que permitiam o crescimento econômico suficiente para estarem entre as famílias mais abastadas da sociedade. Cajazeiras, por exemplo, crescia principalmente do uso da terra para a agricultura e a pecuária, e embora

⁴⁸ Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

⁴⁹ Expressão utilizada no inventário no momento de louvação dos bens.

⁵⁰ Inventário de Anna Maria Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

esteja entre os bens que compunham o patrimônio da inventariada Josefa Candida Bezerra⁵¹ diversas joias, mesas, cadeiras, bancas envernizadas, objetos raríssimos como espelhos, violão, um tocador⁵² e um candeeiro de gás, a mesma só possuía três cavalos, dois deles já idosos e um sumido conforme a descrição; também não possuía terras, sendo as casas inventariadas localizadas no perímetro urbano da cidade.

2.2 O gado e os bens de raiz como símbolo da riqueza cajazeirense

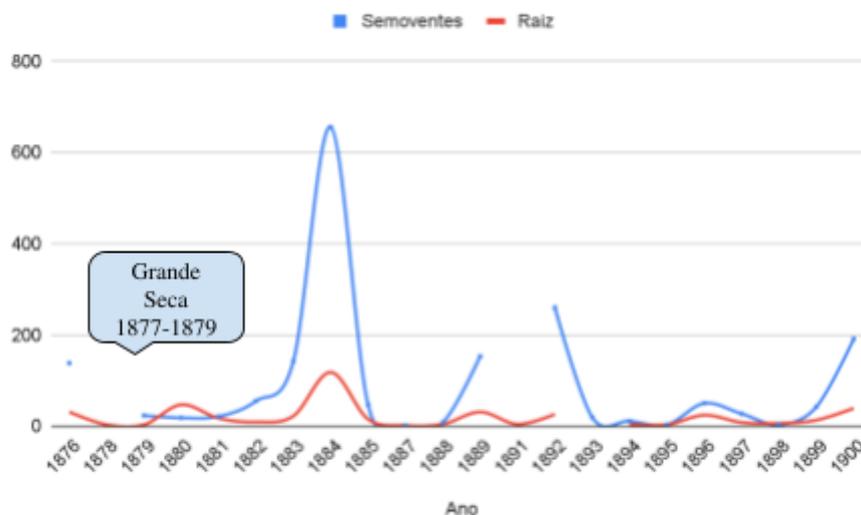
A concentração de bens e as atividades econômicas exercidas na região levam a crer que a representação de riqueza na cidade era expressa na posse de bens semoventes e nos bens de raiz. Juntos, chegam ao equivalente de 66% do cabedal privado das famílias, um número expressivo da porcentagem total. Para Janice Correa da Silva (2013), a posse de terra e gado projetava poder e *status* às famílias possuidoras, considerando também o fato do sertão ser propenso ao desenvolvimento das atividades ligadas à pecuária, assim como a utilização das terras prósperas para a cultura do algodão. Constatamos que o valor atribuído aos semoventes também é significativo; do patrimônio avaliado em 1:320\$000 (um conto, trezentos e vinte mil réis) de Manoel Vicente Lyra⁵³, 1:010\$000 (um conto e dez mil réis) eram referentes apenas à animais. Já a questão da terra, quanto mais benfeitorias ela apresentasse, mais o seu preço se valorizava, o que, evidentemente, também dependia do tamanho e localização.

Bens de raiz e semoventes foram registrados na quase totalidade dos anos analisados, contudo ao observar o gráfico abaixo, vemos que em 1876 há registros de bens semoventes (138 registros), mas entre o intervalo de 1877 a 1878, não consta nenhum, e em 1879 poucos desses são inventariados, o que coincide com os anos da Grande Seca que afeta diretamente a posse de animais, bem como a vida das pessoas de maneira geral.

⁵¹ Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

⁵² Objeto feito de madeira que lembra as penteadeiras mais antigas.

⁵³ Inventário de Manoel Vicente Lyra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1893.

Gráfico 2 - Bens semoventes e bens de raiz

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O impacto da falta d'água se mostra na morte dos animais e na fuga da região como fizeram Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espírito Santo⁵⁴, um casal que faleceu na cidade Mossoró, província do Rio Grande do Norte, tendo migrado para o local devido a seca em dezembro de 1878. Nesse mesmo período há baixas na frequência com aparecem bens de raiz. Se não tem água, não tem terra que sustente, nem gado que sobreviva. Com exceção dos anos da seca, o ano de 1891⁵⁵ é o único que não apresenta nenhum bem semovente. Para este ano em questão apenas um inventário foi encontrado, o que não nos permite afirmar os motivos pelos quais posses desse tipo não aparecem, não havendo também uma constante de aumento ou declínio dos investimentos na área entre os anos de 1880 (em que provavelmente houve uma recuperação dos anos sem chuvas, aparecendo poucos animais neste ano), ao ano de 1900.

2.2.1 Tipos de criação

A posse de bois e cavalos “[...] uma vez que essas espécies se constituíam na principal fonte de riqueza e projeção social” (PESSOA, 2003, p. 181) garantia ao possuidor um lugar distinto na sociedade sertaneja, mesmo aos que possuam pequenos rebanhos ou cabeças de gado. Dentre os animais nos inventários analisados, essas são as espécies que aparecem com

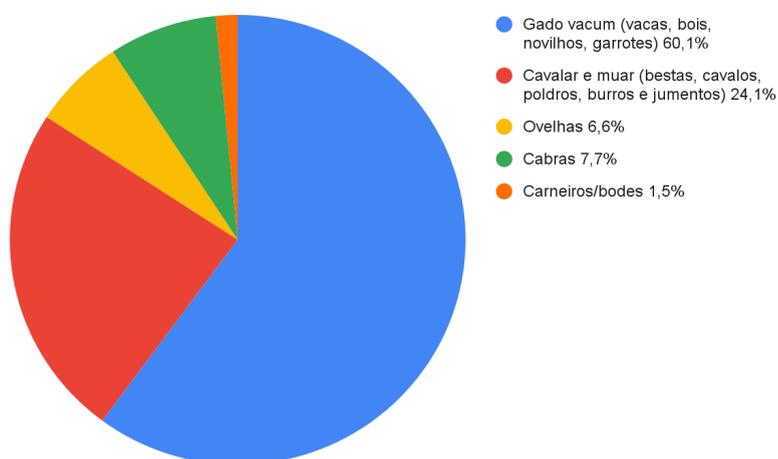
⁵⁴ Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1882.

⁵⁵ Os anos de 1877, 1886 e 1890 não apresentam inventários.

maior frequência, sendo o gado vacum o maior percentual de gado inventariado (60,1%), seguido do gado cavalari e muar (24,1%).

De maneira geral, o gado é descrito de acordo com suas características físicas, idade e de forma mais rara demonstra-se sua funcionalidade, como entre os bovinos em que o gado podia ser de lote ou manços de arrasto. Esses últimos, por exemplo, eram chamados de bois *erados*, que são os bois mais velhos que atingiram a idade adulta e que conduzem cargas ou servem de tração aos carros de boi, os quais raramente eram mortos para consumo (MACÊDO, 2007).

Gráfico 3 - Criações de gado



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Novilhos, novilhotes e garrotes seguiam as mesmas características. Ainda entre os bovinos, as vacas eram representadas como solteiras ou paridas (já com crias), havendo ainda as novilhas e garrotas. O gado descia para as feiras, como a de Campina e Itabaiana, servindo ao comércio; também para atividades ligadas à carga e transporte e consumo de carne e couro; alguns bens apresentam o uso do couro como matéria prima: cobertura de tamboretas e cadeiras, malas, caixas, baús e sacos de couro curtido e de forma incomum, uma bolsa de couro usada⁵⁶. Já o couro cru ou curtido foi observado poucas vezes, não variando o valor daqueles já curtidos para aqueles estragados, ambos na casa dos 1\$000 (mil réis)⁵⁷.

⁵⁶ Encontrada em um auto de embargo e apreensão do ano de 1876. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior.

⁵⁷ Inventários de Maria da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses e de José Pereira Dias. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior.

Os cavalos eram utilizados principalmente como meio de condução e na lida cotidiana da criação de gado, além das funções diárias, o uso desses animais impunham *status* e certa imponência dos corpos, sobretudo masculinos, visto que eram itens de valor considerável, com o preço mínimo de 20\$000 (vinte mil réis) a 30\$000 (trinta mil réis)⁵⁸, chegando a custar 120\$000 (cento e vinte mil réis); nos inventários mais detalhados, são diferenciadas as raças e pelagens como castanhos, pretos, alazões, malhados e inclusive os seus nomes. Geralmente, aqueles que possuíam gado cavalar (cavalos, éguas e poldros) e muar (bestas, burros e jumentos), apresentavam haveres como arreios, selas, selins e esporas⁵⁹, como Antonio Lins de Albuquerque que possuía animais como vacas, bois, éguas e cavalos, burros e bodes e também uma sela velha e estragada de homem (6\$000 - seis mil réis) e uma carrocinha de carneiro no mesmo valor⁶⁰. Os burros “em cangalhados”⁶¹ seguiam com cargas e mercadorias tanto pelo estado como para fora, como para o Ceará, pela estrada do Cariri.

O gado cabrum e ovelhum tinham valores muito parecidos, indo de 2\$000 (dois mil réis) a 4\$000 (quatro mil réis), subindo o preço nas exceções de serem castrados para até 7\$000 (sete mil réis) ou no caso de cabras paridas 20\$000 (vinte mil réis). São poucos os casos em que um mesmo inventariado apresentam gado de todas as espécies e embora o número de cabeças dessas espécies no espólio geralmente não ultrapassassem de 10 a 15 unidades, um mesmo proprietário, Antonio Caetano no ano de 1900, possuía 12 criações de ovelha no valor total de 24\$000 (vinte e quatro mil réis) e 40 cabeças de criação de cabras no valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis), além de possuir bovinos e equinos⁶². Os responsáveis pela condução do gado, principalmente os bovinos e equinos, eram os vaqueiros, apesar da identificação dos rebanhos, poucas são as referências aos que cuidavam do gado; os encontramos como testemunhas em processos judiciais⁶³ e como devedores do espólio de Francisco Beserra de Sousa⁶⁴.

⁵⁸ Encontramos um único cavalo no valor de 18\$000 (dezoito mil réis), todos os demais, inclusive cavalos velhos e imperfeitos com valores de 20\$000 (vinte mil réis) a 30\$000 (trinta mil réis).

⁵⁹ Foi vista ainda referência a uma bride [sic] no inventário de José Correia Dias (1897), a qual acreditamos ser uma brida que segundo o dicionário Bluteau (1728) é um freio de cavalo com rédeas largas.

⁶⁰ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1892.

⁶¹ Cangalha é um tipo de montaria de madeira selada de pano ou couro (MACÊDO, 2007). Já a expressão “em cangalhados” foi usada em um Mandado de Arresto, demonstrando a ação de equipar o animal com a cangalha. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

⁶² Inventário de Antonio Caetano Leite. Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

⁶³ Crime de Ofensa Física contra Joaquim Rodrigues Pageú. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1894.

⁶⁴ Inventário de Francisco Beserra de Sousa. Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1884.

2.2.2 Parte de terras e outros bens de raiz

O fato da maior parte das pessoas que tiveram seus bens inventariados morarem na zona rural da cidade ou não possuírem bens de raiz “na rua”, não diminui a importância do centro urbano que crescia e se consolidava em Cajazeiras no século XIX. Dos 59 processos em que haviam declarações de bens de raiz, 49 dos inventariados eram donos de terras e desses, apenas 10 possuíam tanto terras na zona rural, como casas na área urbana da cidade. Os anos de 1876 a 1879 apresentaram os menores índices para todas as variáveis observadas: casas na área urbana, presença de parte de terras e de açudes; números que aumentam e se consolidam a partir de 1880.

Tabela 8 - Tipos de bens de raiz

TIPO DE BEM	ANOS		
	1876-1879	1880-1889	1890-1900
Casas (área urbana)	8	88	12
Terras (área rural)	13	134	90
Casas (área rural)	6	19	15
Açudes/canavial/roças	5	12	17
Não identificadas	5	4	3

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O uso a que se destinava a terra foi descrito em poucos exemplos, como a terra de plantar e criar do senhor Manoel Gonsalves da Silveira (o mesmo apresenta 43 semoventes); a fazenda de criação de gado Arara, propriedade de Francisco Beserra (apresentava gado bovino e cavalari); e no inventário de Maria do Rosario Leite,

uma parte de terras de plantar e criar comprada a Vicente Leite Texeira e sua mulher, um açude de terra ainda inacabado, uma casa de morada de taipa pequena com uma porta e janella de frente e um cercado grande deteriorado (Inventário de Maria do Rosario Leite, 1882)

Embora descritas como terras de plantar e criar, não são encontradas referências à plantação nessas terras, diferente de quando são descritas as três roças com legumes de Antonio Gomes de Sousa, supondo ainda que a grande parte das terras servisse à agricultura

de subsistência de gêneros como milho, feijão e farinha de mandioca para alimentar a família. As terras podiam ser descritas como sítios, partes ou braças de terras, indicando suas medidas e apresentando na descrição a data, ou seja, a localização, benfeitorias como açudes de terra, árvores frutíferas, cercados, currais, engenhos de pau (madeira) ou de moer cana, casas farinha ou de vivenda em bom estado ou deterioradas, além da presença de mobília, “móveis rústicos”, e diversos utensílios. Francisco Beserra de Sousa, por exemplo, possuía

um sitio denominado Montes sito na data da Alagôa de São Francisco deste termo com setenta e duas braças e mais dois mil reis de terras no valor antigo na data de sobra anexa á aquella limitando-se dito sitio pelo lado do Nascente com o sitio de Duarte Antonio Cardoso, pelo lado do Poente com as Fasendas Casa Nova e Baixa Grande, pelo lado do Sul com o sitio de Ignacio de Souza e pelo lado do Norte com o sitio de João de Souza Rolim, fasendo partes componentes de dito sitio, quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua môr parte de alvenaria, uma casa de engenho com seos utencilios technicos e na qual existe um alambique de cobre com seos utencilios e mais um pote de outro alambique, os utencilios proprios de fabricar farinha, uma casa de bulandeira com machina para descaroçar algodão e suas pertenças, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobilia e moveis rusticos, trastes e mais pertenças e [?] moveis e imoveis comprado como se vê das escripturas publicas passadas pelos Tabeliões Estolano Alves dos Santos e Manoel Cassiano Ferreira Dantas em datas: a primeira de oito de março de mil oitocentos e setenta e oito e a segunda em data de vinte oito de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e quatro á Joaquim Ferreira Dom Quixote e sua mulher por Francisco Beserra de Souza e sua sucessora. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

A presença das benfeitorias valorizam o bem e conseqüentemente o seu valor monetário, o sítio descrito acima chega a valer um total de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis), mas os valores das terras variam também de acordo a localização da mesma, sendo mais cara a terra mais próxima a algum rio, por exemplo. Os equipamentos em destaque indicam fabricação de cachaça (uso da cana de açúcar fermentada), farinha e o beneficiamento do algodão; possuir esses bens significa sobretudo o controle do processamento daquilo que era plantado (OLIVEIRA, 2020), apesar de não ser possível informar a escala das plantações de cana e algodão na cidade, visto que aparecem poucas bolandeiras e máquinas de descaroçar algodão, engenhos com fornalhas pequenas e em mal estado (indicando possível produção de rapadura) e três pequenos canaviais.

Outros processos judiciais em que o fato ocorrido se passa em um sítio próximo também detalha a distância em léguas do lugar até a cidade; sabemos, por exemplo, que o Sítio Catolé de Baixo, que aparece de forma recorrente nas dactas das partes de terra nos inventários, ficava à uma distância de duas léguas de Cajazeiras⁶⁵, e que para o Sítio Serrote, a distância era de meia légua, o qual era possível chegar a pé, pelas matas, conforme visto em um sumário de culpa do ano de 1897⁶⁶, em que João Thomas e Felix Barbosa,

sahido ambos em procima desta cidade [Cajazeiras] no dia (Sesta feira) vinte e quatro do corren te quando os gallos cantavão passavão por esta cidade em procima do sito Sitio Serrote, (o qual elle offendido a inda não sabia para que lado ficava, e sim tinha por notissa que era distante desta cidade meia legua), e que ao depois de terem caminhado para mais de meia legua, isto já sendo pelas mattas disse elle o companheito que era bom dormirem para no outro dia chegarem ao fallado Sítio [...] [sic]

Nas descrições do arrolamento é possível ainda observar o nome dos envolvidos na compra e venda das extensões de terra, bem como os limites e fronteiras com os confrontantes; Ana Cecília Alencar assinala que se tratando de escrituras de bens de raiz, “as de compra e venda sobre bens rurais tratavam dos contratos realizados entre o outorgante, que era aquele que vendia a terra; e o outorgado, o que comprava.” (ALENCAR, 2014, p. 85)

O arrolamentos desses bens, assim como as escrituras, permitem conhecer o papel dessas figuras, a do outorgante e do outorgado, na atuação de contratos e articulações dentro da rede de sociabilidade, não só entre famílias distintas, mas também em relações de dívidas em que os bens poderiam ser obtidos como pagamento destas, como visto, ainda no inventário de Francisco Beserra, em que uma parte de terras e casas foram adjudicadas em pagamento de dívidas contraídas com o inventariado.

⁶⁵ Mandado de Arresto. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1900.

⁶⁶ Sumário de Culpa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1897.

Tabela 9 - Bens de raiz adjudicados

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR
Uma casa sob nº 25 de tijollo e taipa, com uma porta, uma janella e espaço para outra de frente, em ruínas, adjudicada no inventario de Luis Ambrozio Pereira Panchet à Francisco Beserra de Souza	Rua S' Aurora	50\$000
Uma casa de tijollo e taipa sob numero desasete (17) com uma porta e uma janella, digo, uma porta de frente e outra de fundo, tendo um só vão, ou sem compartimento algum, em terras da Padroeira, adjudicada no inventario de Luis Ambrosio Pereira Panchet para pagamento de divida á Francisco Beserra de Souza	Rua da Feira Velha	70\$000
Uma casa de tijollo e taipa sob numero oito (8) com uma porta de frente e outra de fundo e duas sallas em terras do Patrimonio da Padroeira adjudicada no inventario de Luis Ambrosio Pereira Panchet para pagamento de divida á Francisco Beserra de Souza	Rua da Feira Velha	50\$000
Uma casa de tijollo em construção sob numero trinta (30), contendo a frente, as paredes laterais, as de compartimento para sallas, alicerces para quartos, destinada a sobrado, na altura do travejamento que já tem compreendendo os materiais nella existentes e constituintes em madeiras, soleiras de pedra e alvenarias, em terra do Patrimonio da Padroeira, adjudicada no inventario de Josefa Candida Bezerra a Francisco Beserra de Souza	Rua Nova	200\$000
Uma parte de terras do valor de cento e noventa mil, duzentos e quarenta, ou noventa e cinco braças e mais um oitavo de braça, judicialmente divididas e demarcadas no sitio denominado Queimadas data de Santo Antonio deste termo e freguesia havida em pagamento de divida do espolio de Manoel Eufrazio de Souza e sua mulher, Dona Maria Custodia de Jezus como consta da escriptura passada em data de onze de Junho do corrente anno de mil oitocentos e oitenta e quatro pelo adjudicatorio de ditas terras, [?] de Souza Oliveira á mãe e sucessora de Francisco Beserra de Souza	Santo Antonio	200\$000

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Nas casas da área rural, por outro lado, não são registrados os vendedores, o que leva a entender que grande parte das mesmas tenham sido edificadas pelo próprio inventariado, ou que a morada tenha sido comprada junto a partes de terra. Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo⁶⁷, por exemplo, eram proprietários tanto de uma parte de terras no lugar denominado “Sacco [?] d’Arara, Dacta do Formigueiro” como de “uma casa de taipa pequena edificada com bôas madeiras” [sic] no mesmo lugar; ou as duas casas da inventariada Quiteria Francisca da Penha⁶⁸ no lugar Taboca, o mesmo em que possuía duas partes de terra “uma que foi de Manoel Ferreira Formiga e outra do Major Manoel Valenciano do Nascimento”. Embora existam casas de tijolos, ou de frente de tijolos descritas

⁶⁷ Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1897.

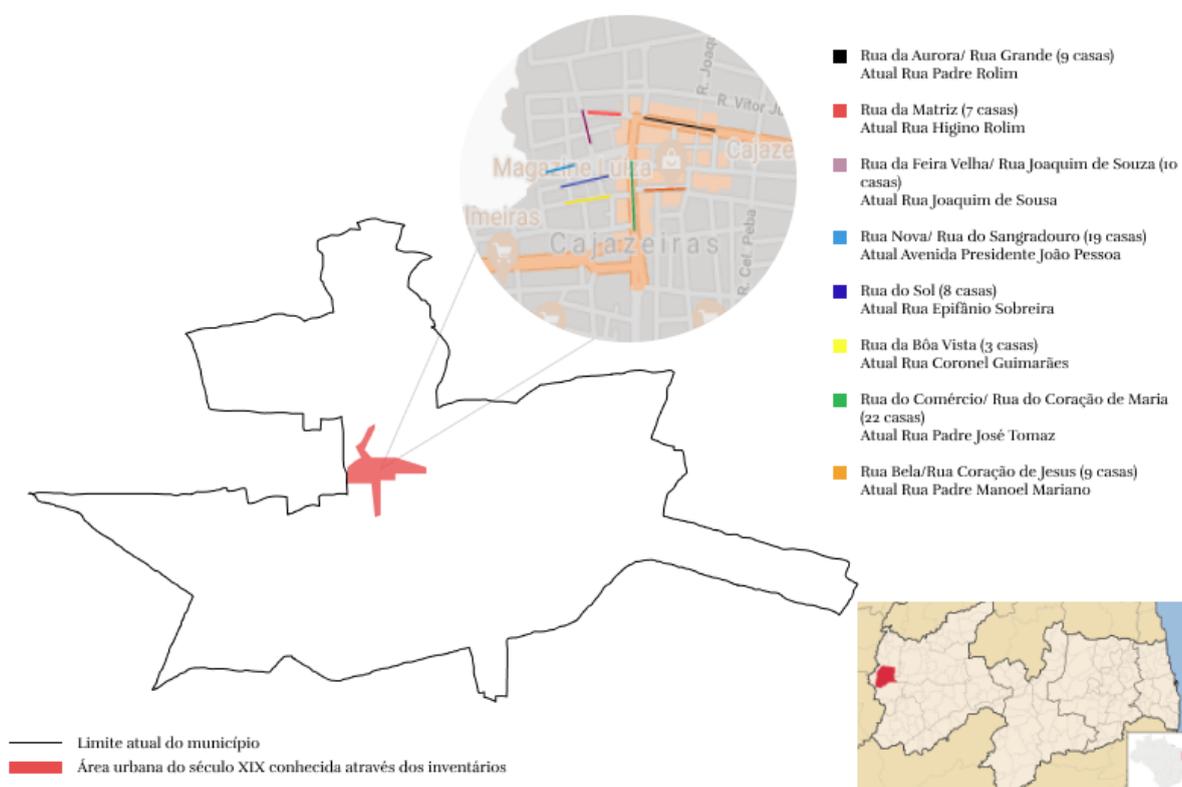
⁶⁸ Inventário de Quiteria Francisca da Penha. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1897.

entre as casas da área rural, o mais comum era que estas fossem construídas em taipa e com poucos vãos, um total de dois ou três no máximo, o que, como veremos, não se diferencia de forma significativa das casas da área urbana.

2.3 Ler a documentação e percorrer as ruas da cidade

Geralmente no arrolamento dos bens, ao serem descritos os bens de raiz, primeiro as casas do perímetro urbano são avaliadas, iniciando pelas ruas mais centrais, só depois são descritas as terras, que por estarem mais distantes, levaria mais tempo para o deslocamento dos louvados até o local e por último, árvores frutíferas, roças ou canaviais, muitas vezes próximo ou em uma terra própria do inventariado, embora não tenham sido comuns nos processos analisados. De forma proposital, invertemos a ordem da apresentação dos bens de raiz. O fim deste capítulo é um convite para percorrer as ruas da cidade de maneira quase literal e conhecer as casas, tomar a tarefa de ser caminhante e deixar que os inventários permitam o passeio e apresentação da cidade, como um guia.

Figura 5 - Ruas inventariadas na cidade (1876 - 1900)



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

O mapa acima partiu do processo de entender e valorizar o processo corrente de urbanização da cidade no fim do século XIX e conseqüentemente, a ampliação do seu núcleo urbano. O destaque vermelho na figura demonstra a delimitação do que podemos visualizar, através dos imóveis inventariados, como esse núcleo, enquanto o contorno maior é o atual limite do município, já os nomes pelos quais reconhecemos as ruas passaram por mudanças desde os anos oitocentos, mudanças que implicam em questões sociais, econômicas, nas próprias atividades que aconteciam no local e que hoje foram renomeados e ganharam novos significados.

Deusdedit Leitão (2005) no livro *Ruas de Cajazeiras* desenvolve um histórico das ruas da cidade e de personagens marcantes que dão nome às mesmas, apresentando quantitativos dos imóveis, o que é feito através de registros de impostos prediais do ano de 1890, apesar de não existir referência aos acervos utilizados. Ao cruzar os dados com os inventários, observamos o número de propriedades ao longo dos anos, as casas de tijolo e taipa, grandes e pequenas, com portas e janelas de frente e de fundo, que compunham o espaço, junto aos prédios públicos como a Casa da Câmara, a cadeia, e também praças e escolas que fizeram parte das vivências, embora lembremos que não haviam marcos e placas que limitassem a cidade e o campo nesse momento. Através da documentação e com o auxílio do texto de Leitão, nos localizamos, conhecendo onde estavam as ruas de que falamos os processos, observando o desenvolvimento destas, que ora se alargaram, ora deixaram de existir e passaram a ser parte de uma via maior.

As experiências da vida urbana, acontecem fora, mas também dentro das casas, principalmente no século XIX, onde as instâncias de vida pública e vida privada tornam-se mais distintas (MACÊDO, 2007). Assim como as terras eram mais valorizadas monetariamente a partir do número de benfeitorias, as casas de morada que possuíam componentes construtivos como portas, janelas e cobertura de telhas “[...] incrementavam o valor da casa, posto que além de possibilitarem conforto à família eram itens que poderiam sobreviver às precárias construções e serem reaproveitados em outras novas habitações, ou simplesmente vendidos a terceiros.” (MACÊDO, 2007) Estavam desse modo entre os bens de raiz de maior valor e demonstravam sinais de riqueza.

Os inventários permitiram ver que no século XIX as casas eram ainda feitas em taipa, pelo menos em parte, uma técnica vista até hoje; mesmo no fim do século XVIII o uso da

taipa “[...] não implica dizer que seus donos fizessem parte do extrato pobre da população.” (SILVA, 2017) Como vimos, o significado de riqueza em Cajazeiras estava muito menos ligado às casas e seu material de construção e sim à posse de terras e criação de gado. Mesmo assim, independente das casas de maior e menor valor fossem feitas do mesmo material, tijolo e taipa, se diferenciavam na quantidade de cômodos, e o valor, a partir do seu estado, seja bom, ou deteriorado.

A alvenaria de tijolos de barro passou a ser utilizada no século XIX, acreditando-se que seu uso tenha sido iniciado pela elite e de maneira gradativa empregado na maioria das construções, o que provavelmente eleva seu custo de produção devido a técnica, disponibilidade e acesso ao material (SILVA, 2017). Utilizada tanto no sertão paraibano como em demais localidades do Brasil,

a taipa de pilão foi, em São Paulo, a técnica construtiva considerada nobre e a mais utilizada durante os séculos coloniais. Com a chegada dos mineiros, no século XVIII, a taipa de mão passou também a ser muito utilizada. Ambas as técnicas construtivas tiveram grande importância praticamente até o final do século XIX. (ALVES, 2015, p. 55)

Tratando sobre os interiores, as casas poderiam ter de uma até três salas, embora seja um número incomum; não são descritos os usos das mesmas, e em algumas descrições esses são os únicos ambientes apresentados, junto somente às portas e janelas, o que faz acreditar que possa ser outra denominação para “vão”, como “uma casa de tijollo e taipa sob numero desasete (17) com uma porta e uma janella, digo, uma porta de frente e outra de fundo, tendo um só vão, ou sem compartimento algum na Rua da Feira Velha”⁶⁹ [sic]. As salas poderiam ainda servir para além da função social de esperar ou jantar, mas também como ligação entre os demais compartimentos da casa, visto que não são descritos corredores, mesmo naquelas com um maior número de cômodos

uma casa de tijollo, com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janellas e na outra duas portas e cinco janellas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e trez de fundo, pertencente ao Patrimonio da Padroeira, compreendendo-se nella uma mobilia com os seguintes moveis: seis cadeiras pequenas, duas de balanço, trez de braço, um sofá, empalhados,

⁶⁹ Inventário de Francisco Beserra de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1884.

uma comoda, uma mezinha redonda, duas banquinhas, uma meza de jantar, uma caixa para deposito, um relógio de parede, um espelho mediano, um jougo de bahus, trez lanternas com castiçais, um candieiro á gaz e outros moveis. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

O detalhamento desta propriedade de forma rara informa ainda sobre aspectos decorativos e de distinção como banquinhas, espelho, relógio de parede e das lanternas com castiçais, junto aos demais móveis. Além destes enfeites, entre os bens do mesmo proprietário, acrescenta-se

um bilhar usado, com seus pertences constituintes: em quatro bancos com assento de palhinha, uma banquinha envernizada, duas cadeiras com assento de palhinha, uma meza grande, um relógio de parede, cinco quadros grandes para enfeite da sala, um cabide, uma reispóra, quatro bolas de manfeire, tacos marcadores, ceroudellas e quatro outros utensílios. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

Esses objetos não são vistos em nenhum outro processo, o que demonstra a dificuldade em obtê-los, mesmo entre os mais afortunados. Como já comentado, as telhas angariavam valor aos imóveis e são descritas inclusive de forma independente das construções; a senhora Josefa Candida Bezerra⁷⁰ tinha como posse vinte e seis milheiros de tijolos" avaliados a 104\$000 (cento e quatro mil réis), assim como “vinte e cinco carradas de pedras para alicerces de casa” avaliadas com o valor de 16\$000 (dezesesseis mil réis), que seriam utilizados em construção de imóvel próprio, visto que possuía alicerces de um terreno junto a Casa da Câmara, na Rua da Aurora. Outra comprovação do uso das pedras é o começo de um sobrado na Rua Nova, o mesmo foi adjudicado no inventário de Josefa Candida Bezerra a Francisco Beserra de Souza. Devido o nível de detalhamento é possível ver que o mesmo sobrado era de

tijollo em construção sob numero trinta (30), contendo a frente, as paredes laterais, as de compartimento para salas, alicerces para quartos, destinada a sobrado, na altura do travejamento que já tem compreendendo os materiais nella existentes e constituintes em madeiras, soleiras de pedra e alvenarias. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

⁷⁰ Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

Ambas as ruas estavam localizadas no centro da cidade e já eram bem movimentadas no século XIX. A Rua Nova, por exemplo, que foi unida à Rua do Sangradouro e forma a hoje conhecida Avenida Presidente João Pessoa, contava com 35 e 14 casas respectivamente no ano de 1890 (LEITÃO, 2005) e encontramos nos inventários para o trecho, durante todo o período estudado, ou seja, de 1876 a 1900, um total de 19 casas. Já na Rua do Comércio, existiam apenas 08 prédios segundo o mesmo autor, e todos eram destinados à atividade comercial (LEITÃO, 2005). As fontes permitiram conhecer para o mesmo trecho um total de 07 prédios, sendo quatro com evidência de tais atividades, com descrições que apresentavam balcões, prateleiras para exposição, depósito, vitrine, acessórios para casa de comércio, todos pertencentes a Francisco Beserra de Sousa.

Mesmo em meio às ruas mais movimentadas das cidades que formam o centro urbano, características como a casa ser rebocada ou não também influenciavam em seu valor, as casas “em preto”, ou “ainda em preto”, aquelas que não possuíam reboco (DE QUEIROZ, 2013) tinham um valor inferior às casas já “em branco”, vejamos descrições de duas casas, ambas na Rua da Matriz, uma das primeiras vias da cidade, a primeira delas no valor de 50\$000 (cincoenta mil réis):

uma casa de tijollo, em preto, com duas portas de frente, uma de fundo, duas sallas e um quarto, havida por compra feita por Francisco Beserra de Souza á Maria da Conceição S' Albuquerque, herdada do mesmo Bezerra situada em terras do Patrimonio da Padroeira. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

Enquanto a segunda, sob número 04 foi avaliada a 500\$000 (quinhentos mil réis) e contava com “duas portas e uma janela em frente com trinta palmos, em branco”⁷¹. Observamos essas pequenas diferenciações e como elas importavam não só no valor monetário, mas também na posição que assumia o proprietário desses tipos de bens, sejam eles quais forem e ao observar as contratualidades presentes na documentação, consideramos a ampliação das fronteiras de Cajazeiras a partir do comércio e das relações com outros estados, o que é possível ver nos inventários com negócios de compra e venda de bens de raiz em Vilas próximas como São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, mas também em Milagres, Jardim e Umari no Ceará.

⁷¹ Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876.

Tratamos de um processo de compreender o significado de riqueza e composição do cabedal e dos espaços da cidade. Curiosamente um nome recorrentemente aparece em meio aos proprietários distintos socialmente: Francisco Beserra de Sousa; conhecer mais dos imóveis que permitiu nossa caminhada até aqui, em grande parte, foi possível pela leitura e análise do inventário deste homem, político e comerciante, que mesmo pouco falado nas conversas sobre a cidade e na formação deste lugar em um período movido pelo ideal de “progresso” e que dominou o cenário comercial, possuindo a maior fortuna encontrada na documentação analisada, com uma riqueza de detalhes no arrolamento que possibilita conhecer mais da cultura material de Cajazeiras.

3. O ROL DA FORTUNA: patrimônio de Francisco Beserra de Sousa

Ela não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só havia histórias de soldado, [...], médico e juiz.

(Itamar Vieira Junior)

3.1 Início de uma investigação

Quando cheguei à Cajazeiras escutei sobre muitos Rolins, Albuquerque e Cartaxos, mas nunca um Beserra, o que se repetiu no processo de conhecer a história da cidade a partir de textos que tratavam do assunto. Já no projeto de pesquisa, em contato com os inventários, observei que uma série de outros sobrenomes fazem parte do processo de desenvolvimento do centro urbano de Cajazeiras em pleno século XIX, através daqueles que possuíam terras e casas no local, mas também outros bens como animais, móveis, joias, equipamentos, bens que os tornavam distintos socialmente, tal como os descendentes das famílias que tradicionalmente "construíram" a cidade.

Não podemos perder de vista o fato que embora nossas fontes apresentem registros de pessoas como inventariadas; herdeiros; funcionários; que existe uma complexa ligação entre estas pessoas e a sociedade que faziam parte (GINZBURG, 1989). É buscando entender essas relações, que ao encontrar o processo de Francisco Beserra de Souza, no ano de 1884, podemos conhecer tantas outras personagens da história da cidade, a partir da ligação entre o Beserra com sua atuação pública e tantas outras pessoas. Segundo Deusdedit Leitão (2005), Francisco Beserra foi um homem público, de muitas posses, e "alcançou destacada posição em sua cidade como comerciante e político. Foi, em seu município, um dos fundadores do Partido Liberal que representou como vereador. [...]. Foi um dos maiores proprietários do sertão paraibano." (LEITÃO, 2005, p. 28) Com um *monte mor* que chega à soma de 193:798\$005 (cento e noventa e três contos, setecentos e noventa e oito mil, e cinco réis), uma fortuna impactante, principalmente considerando o fato do seu falecimento ocorrer aos 42 anos e de ser solteiro.

O valor do montante de sua riqueza impressiona, mas a justificativa do interesse em conhecer mais desta personagem está no número de dívidas ativas que manteve; isso fez com

que uma parcela da sociedade que não aparece como possuidores de bens suficientes para abertura de um processo de inventário, pudesse ser conhecida, sendo assim, este foi um processo que ajudou a conhecer a estrutura dos laços sociais e econômicos da cidade. Diferente do que se possa pensar, este não veio de uma família de poder e prestígio, conseqüentemente, uma família sem posses. Em uma petição de justificação de herança movida por Pedro de Lavôr Paes Barrêto (marido de sobrinha e herdeira de Francisco Beserra) é possível saber que

só depois do filis successo de seu filho Francisco Biserra de Sousa no comercio desta cidade que Manoel Biserra comprou o sitio alagoinha onde morava a favor do tenente Joaquim de Sousa Rolim tendo morado antes no sitio Catolé de cima a favor do Capitão Serafim Gomes de Albuquerque e de sua familia e sempre pobremente, [...] accresce ainda que Francisco Biserra pagara em o estabelecimento commercial do tenente Sabino de Sousa Coêlho dusetos a tresentos mil reis que seu pai ficara a dever-lhe. [sic] (Auto de petição de justificação de herança, 1895)

Apesar do indicativo da morada a favor, não o era de qualquer família e cargos, sendo um o tenente Joaquim de Sousa Rolim, e outro o capitão Serafim Gomes de Albuquerque, que de forma recorrente aparecem como importantes agentes da cidade na historiografia local, inserindo o Beserra em uma rede de sociabilidade anterior ao seu sucesso no comércio; inclusive nas relações de apadrinhamento da família, já que Justino Bezerra de Sousa⁷², filho de Manoel Beserra e Dona Anna e irmão de Francisco Beserra, é afilhado de Antonio Ferreira de Albuquerque e sua mulher Theresa Maria de Jesus em 1860⁷³, ano do seu nascimento. As ligações com a família Rolim e também com os Cartaxo permanecem através da sua mãe, pois na mesma petição, é visto a atuação de Antonio Joaquim do Couto Cartaxo e Joaquim Gonçalves Rolim como advogados procuradores de Dona Anna Beserra de Sousa, que afirma, ainda sobre o sítio descrito acima que seu falecido marido Manoel Beserra de Sousa, a deixara além da numerosa prole, com “encargos talões superiores aos bens que possuía” (o sítio Alagoinha, que morava de favor antes de comprá-lo) e que

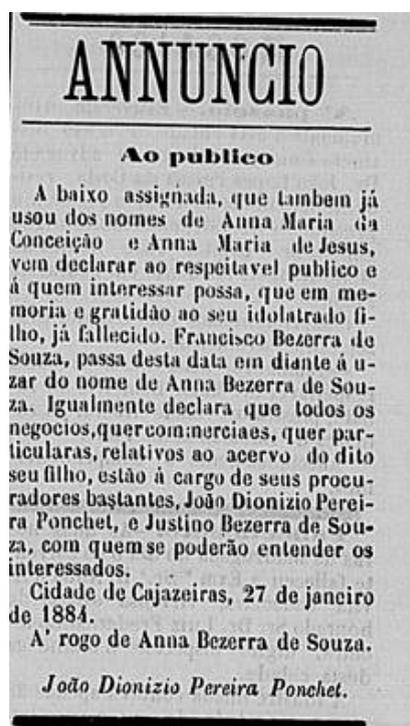
⁷² Assim como seu irmão, atuou como político na cidade exercendo o cargo de prefeito entre 1907 e 1913 (ano de seu falecimento). Exerceu antes disso o cargo de Conselheiro Municipal e foi um importante comerciante na cidade (LEITÃO, 2005).

⁷³ Auto de petição de justificação de herança. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1895.

um Juiz justo precendio de arrolar. A providencia porem bafejando a industria e o trabalho na pessôa do meu [?] filho Francisco Biserra de Sousa o acumulou de bem e foi servida leva-lo para em estado de solteiro e bem [?] deichando-me universal herdeira de seos bens pela lei da succesção [...] [sic] (Auto de petição de justificação de herança, 1895)

Apesar da falta das datas nos registros de compra das propriedades e demais bens de Francisco Beserra, sabemos que há pelo menos dez anos do de seu falecimento em 1884 (noticiado em um jornal) ele já era um homem bem sucedido no comércio⁷⁴ sendo o maior credor da cidade e fazendo enxergar algumas das tramas da sociabilidade que formalmente se fizeram seja na comercialização das fazendas (tecidos) ou insumos; nos contratos de compra e venda; ou nos empréstimos. Toda a fortuna é deixada à disposição de sua mãe, sua herdeira universal, que recebe um total de 63:932\$668 (sessenta e três contos, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito réis) além de irmãos, irmãs e uma sobrinha a que cabem 9:835\$795 (nove contos, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco réis).

Figura 6 - Anúncio ao público



Fonte: Acervo de Microfilmes do CCHLA/UFPB⁷⁵.

⁷⁴ No inventário de Francisco Beserra consta que seu pai faleceu no ano de 1875, sendo assim, por o pai ter visto o sucesso do filho e comprar o sítio Alagoinha (avaliado a 400\$000), pouco depois dos 30 anos de idade, Francisco já era um comerciante com poder aquisitivo.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/oliberaparahybano1884.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

O patrimônio, composto principalmente por mercadorias (46,5%) e dívidas ativas (23,4%), é distinto da composição do cabedal das demais famílias cajazeirenses em que a posse de bens de raiz e semoventes importavam de maneira significativa. Ainda assim, a quantidade de cada um dos tipos de bem que compõem o cabedal chama atenção, assim como a variedade, seja nos tipos de tecido, seja nas peças da indumentária da época e inclusive na forma de apresentação dos bens.

Tabela 10 - Gráfico da divisão dos bens

TIPO DE BEM	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Mercadoria	2695	46,5
Dívidas Ativas	1354	23,4
Equipamentos e instrumentos profissionais	863	14,9
Semoventes	656	11,3
Raiz	118	2
Pertences e utensílios domésticos	76	1,3
Mobiliário	28	0,5

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Entre objetos de distinção: móveis rústicos, itens decorativos, mercadorias importadas. O inventário do negociante demonstra o patrimônio pessoal, assim como das suas lojas, e evidencia o investimento nos bens de raiz, a partir das casas reconstruídas e das casas edificadas em suas terras, considerando as novas técnicas construtivas e materiais empregados. No Sítio Alagoinha em que os pais de Francisco moravam de favor, localizado em Alagoa de São Francisco do termo de Cajazeiras, o mesmo após a compra constrói uma casa de tijolo e taipa na terra de trezentas braças de comprimento.

No total, o inventariado adquiriu 35 propriedades, localizadas tanto em Cajazeiras como nas cidades próximas de São José de Piranhas e de São João do Rio do Peixe, como em Lavras, Milagres e Missão Velha no estado do Ceará, sendo 32 obtidas por compra e 3 havidas em pagamento de dívidas do casal Manoel Eufrasio de Souza e sua mulher, Dona Maria Custodia de Jesus e também Luis Ambrasio Pereira Panchet. Nos casos em que as datas das certidões de compra e venda são passadas, é possível ver que 1871 é o primeiro ano de compra de terras, enquanto 1884, o mesmo de sua morte, é o último e foi investido nestas propriedades um total de 12\$995,000 (doze contos, novecentos e noventa e cinco mil réis).

Já para as propriedades da zona urbana, o total foi de 25\$935,000 (vinte e cinco contos, novecentos e trinta e cinco mil réis) em que foram avaliadas 83 casas, 78 delas em Cajazeiras e 5 na Província do Ceará. Uma quantidade expressiva de imóveis, que como já mencionado, auxiliou no mapeamento e em melhor conhecer as ruas da cidade e locais de atividades comerciais através das descrições. Novamente o detalhamento dessas propriedades permitiu enxergar a cultura material das habitações, para além do espaço físico, conhecendo o sentido da casa como o lugar do cotidiano em um contexto mais amplo da experiência da vida na cidade, o ambiente de constantes mudanças, aperfeiçoamentos, reformas, assim como as casas reedificadas do inventariado, que além do novo material empregado na construção, ganham novos cômodos e tornam visíveis seus usos em separado, o alpendre e a sala para recepcionar, o quarto para dormir, a cozinha para preparar o alimento nos fundos da casa.

Nas palavras de Muirakytan Macêdo “[...] o desenho arquitetônico e o uso e conteúdo de cada cômodo traduz-se em um modo de vida no qual se preservam e se misturam substratos culturais de dessemelhantes universos humanos.” (2007, p. 148) As casas então possibilitam visualizar a vida familiar, embora nossas fontes só permitam conhecer os modos de vida daqueles que possuíam certo número de bens na realidade do fim do século XIX.

Era muitas vezes na casa de pessoas distintas, geralmente a casa da pessoa falecida ou do inventariante, que ocorria a abertura e andamento do inventário e não na casa do juiz nomeado, podendo essa ocorrer na casa de uma pessoa mais influente da família, como acontece com o inventário de Mariano Gomes de Albuquerque⁷⁶ que se dá na casa do seu filho, o padre Manoel Mariano de Albuquerque, mesmo que a inventariante seja a viúva Dona Delfina Maria do Espírito Santo de Jesus, o que reflete também nas relações desenvolvidas na sociedade, assim como a própria estrutura de nomeação e destituição não só de juizes, como promotores e delegados no Estado imperial/municipal sucedida por diversas razões, o que envolvia os conflitos pessoais das famílias e a busca por poder local (MELO, 2018).

3.2 O perfil de um homem de posses

Os atos da vida pública destinados, sobretudo aos homens da sociedade civil, estabelecia ainda o uso de uma indumentária que correspondesse ao seu lugar social. Designado aos senhores de terra, médicos, magistrados, estavam as calças, camisas, chapéus,

⁷⁶ Inventário de Mariano Gomes de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1800.

paletós e sapatos, peças que por sua característica de diferenciação dos demais, eram arroladas entre os bens, tal como livros e armas, reservados aos mesmos. Francisco Beserra ocupa o lugar de comerciante bem sucedido, atuante na política local e o vestir-se bem dava sinais de sua posição.

O papel da cultura material na vida social permite observar as dinâmicas do cotidiano, do universo doméstico, e inclusive as questões de gênero. Assim como determinados ambientes da casa estão ligados a funções e ao papel do homem e da mulher na família, enquanto as mulheres herdavam joias e bens que compunham seu dote, “os objetos domésticos masculinos nos remetem imediatamente ao universo do trabalho [...] do mais alto prestígio.” (CARVALHO, 2011, p. 451) A sala em que Francisco Beserra deixava sua bilhar estava montada com cadeiras, cabide, uma banquinha e diversos enfeites, mas em sua casa haviam muitas mesas e banquinhas envernizadas, provavelmente usadas para aparar os acordos feitos, considerando a rede de relações que manteve.

O lugar do masculino é também marcado nas peças de vestimenta. Com exceção de “uma dúzia de meias para mulher” e “cinco chapéus para senhoras” entre as mercadorias do Beserra de Sousa, nenhum outro item de vestuário feminino foi encontrado entre os inventários, nem mesmo as saias de algodão, camisas ou bordados, típicos das mulheres de mais condição do sertão no período (FALCI, 2011), entretanto, é possível observar a significativa indumentária masculina: calças, camisas, gravatas, sapatos e botinas, lenços, meias, chapéus, colarinhos, paletós; são todas peças que constam não só no inventário de Francisco Beserra como também de outros homens que aparecem como inventariados.

Assim como ele, João Pereira de Sousa Guerra⁷⁷ morreu solteiro, sem deixar herdeiros descendentes, mas entre os seus bens é possível conhecer sua forma de vestir-se: um chapéu de couro em bom estado, um suspensório, um cinturão de cadarço novo, um paletó de casemira de cor, um colete de casemira preta, sete camisas, seis brancas e uma de côr, três ceroulas, duas blusas pardas, três calças de brim branco, uma dita de brim pardo; o fato de exercer o cargo de cabo de polícia é destacado, demonstrando a necessidade de estar constantemente em público, por participar da força da guarda da cidade.

O inventariado José Pereira Dias⁷⁸, igualmente possuía chapéu, de cor preta, um colete de dentro, um par de sapatos e uma sobrecasaca, tudo avaliado por 10\$000 (dez mil

⁷⁷ Inventário de João Pereira de Sousa Guerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1898.

⁷⁸ Inventário de José Pereira Dias. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1899.

réis), o que faz ver que estes são itens que não podiam ser adquiridos por todas as pessoas, não com os melhores tecidos e feitos sob medida, assim tornavam-se significativos a ponto de serem dados em herança para os descendentes, diferente das roupas diárias. Mesmo os chapéus e pares de sapato já usados tinham determinado valor como visto no arrolamento dos bens de Manoel Gomes Benevides⁷⁹ no ano de 1889, que apresenta dois chapéus já usados, o primeiro no valor de 2\$000 (dois mil réis) e o segundo por 3\$000 (três mil réis), um par de sapatos avaliado em 2\$000 (dois mil réis), duas calças de casimira por 6\$000 (seis mil réis) e um “palitol secco de pano finno” [sic] no mesmo valor. Da mesma forma, as armas aparecem em poucos inventários, sendo as armas de fogo avaliadas até 10\$000 (dez mil réis).

Tabela 11 - Posse de armas brancas e de fogo

INVENTARIADO(A)	DESCRIÇÃO	VALOR
Antonio Caetano Leite	um rifle	10\$000
Antonio Lins de Albuquerque	um revólver de ferro	10\$000
Dona Barbosa Maria do Espírito Santo	uma espingarda velha	1\$280
José Correia dos Santos	uma espingarda	8\$000
José Pereira Dias	duas facas velhas	2\$000
	duas garouchas [sic]	20\$000
	um facão grande usado	4\$000
	uma espingarda	10\$000
	um clavinote	10\$000

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Ainda que o principal inventariado em questão não apresentasse armas entre os bens, o uso destas estava ligado aos homens, sendo encontradas tanto armas brancas, como armas de fogo. Curiosamente, no inventário de Dona Barbosa Maria do Espírito Santo⁸⁰, existe uma espingarda velha avaliada por 1\$280 (mil, duzentos e oitenta réis), um valor muito abaixo das demais armas, mesmo considerando o estado de “velha”, embora o inventariante seja Manoel Lins de Albuquerque seu viúvo.

⁷⁹ Inventário de Manoel Gomes Benevides. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1889.

⁸⁰ Inventário de Dona Barbosa Maria do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1881.

3.3 Comerciar e consumir

Nos novos hábitos de consumo do fim do século, equipamentos de trabalho, itens de conforto e decoração ampliam o repertório do mobiliário e dos ambientes internos (CARVALHO, 2011), assim como da própria cidade. Na cidade, núcleo da função comercial, as casas de comércio da cidade, aquelas com prateleiras e balcões como já comentadas, transitavam diversas pessoas, com mais e menos poder aquisitivo, configurando redes de sociabilidade, compras e contratos.

Cajazeiras funcionava como entreposto comercial, fazendo contato com vilas vizinhas, os sítios das redondezas (alguns que viriam a se tornar bairros da cidade anos depois), e mesmo com outras províncias e cidades, como Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, enquanto o aumento da produção do algodão influenciou e movimentou o comércio local e permitiu novos investimentos. O auto de embargo que figuram os credores da Companhia Manços Valente Cavalcante da cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte e o devedor João Bandeira de Mello da cidade, demonstram parte dessas interações e expansão do comércio, a dívida com juros equivale ao valor de 1:728\$682 (um conto, setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e dois réis), o que inclui as despesas do processo; o mesmo João Bandeira exerce funções de “delegado de polícia, defensor de réus no Tribunal do Jury, partidador do juízo, procurador da Comarca Municipal, Curador Geral Interino de orphãos, jurado e eleitor.”⁸¹

Nas mercadorias vistas no inventário, observamos a dinâmica principalmente da venda de fazendas (tecidos), sejam eles de algodão, chita ou retalho, esses mais populares e com preço inferior aos tecidos que provavelmente eram importados como a cambraia (DA COSTA, 2004). Os tecidos são apresentados em peças com comprimento em jardas ou metros, ora demonstrando ser “de boa qualidade” ou “ordinário”, ora a marca como as peças de algodãozinho da Vêr e Crêr [sic] e os aviamentos como botões, colchetes e linhas se mostram em caixas e maços.

Entretanto, as lojas de comércio do inventariado não estavam restritas à venda desses itens e das peças de vestuário do tópico anterior. Resmas de papel, envelopes, frascos de vidro, objetos para construção como aço, dobradiças, fechaduras e parafusos e ainda itens para montaria, desde arreios e espoletas em grandes quantidades, à “uma sella ingleza uzada

⁸¹ Auto de embargo e apelação. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1894.

com dois arreios” [sic] no valor de 60\$000 (sessenta mil réis), confirmam a variedade de produtos oferecidos ao comércio da cidade, e nas próprias lojas do inventariado, uma característica que não é restrita apenas às suas, mas a diversas outras casas de comércio do período, como vemos no anúncio abaixo do ano de 1884.

Figura 7 - Anúncio de estabelecimento

ANNUNCIO

SABOARIA E SERRARIA
Á VAPOR
DE
SANTOS, GOMES & C.[^]

Ns. 72, 74 e 76--Rua Visconde de Inhauma--Ns. 72, 74 e 76.

PARAHYBA

Neste estabelecimento vende-se pinho de resina, suecico e branco, serrado em qualquer dimensão, ou vontade dos compradores; bem como madeiras do paiz das seguintes qualidades:

Amarello:—Em pranchões, em taboas para assoalho, em taboas de uma pollegada, e em taboas de ferro.

Oitoleira:—Em pranchões.

Pau carga:—Em pranchões.

—••—

Ha sempre para vender no mesmo estabelecimento

Farinha de trigo de todas as qualidades.
Cimento Portland, marca PYRAMIDE.
Banha de porco refinada.
Cal de Lisboa.
Kerosene RADIANT OIL.
Papel de embrulho.
Arroz da India.
Papel para impressão.
Cylindros para padaria.
Machinas para descarocar algodão de 18, 20 e 25 serras, a preço de 10\$000 a serra.
Cabos de manilha e de linho.
Breco em barricas.

Fonte: O Liberal Parahybano (PB) - 1879 a 1889 Ano 1884\Edição 00207.

A presença da letra de uma dívida no inventário de Manoel Eufrázio e Maria Custodia do ano de 1880, chama atenção para a venda de pratos, uma dúzia deles, que não são

arrolados entre os bens do casal, assim como nenhum desses outros bens, no inventário constam apenas as partes de terras que possuíam e as dívidas passivas.

Tabela 12 - Dívida de Manoel Eufrázio para com Francisco Beserra

DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
1 [?]	12\$100	1 pessa algodão	12\$800
1 dusia de pratos	6\$000	2 Vas algodão	1\$280
1 lenço	\$600	4 ¾ Vas mand.	3\$040
1 C.º baieta	\$400	5 Das dito	3\$200
2 V ^{as} algodão	1\$400	5 Das algodão	3\$200
2 D ^{as} dito	1\$200	7 [?]	4\$200
3D ^{as} mand	1\$500	1 calça	5\$000
29 C ^{as} de [?]	14\$500	1 lenço	\$580
1 lenço	\$600	6 Vas algodão	3\$840
1 par de [?]	9\$000	2 pessas algodão	22\$000
1 lenço	\$500	1 D ^a mand	11\$000
3 garrafa de vinho	\$640	1 chale misimó	8\$000
6 [?] de chita coberta	3\$600	[?] prestado	20\$000
4 Vas mand.	2\$560	Resto e conta de 72	36\$800

Fonte: Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1880.

Já sobre o último item, o resto de uma conta de 72, pode indicar o ano da década corrente e a longevidade da relação entre o casal e Francisco Beserra, relação essa de dívida e amizade, pois o mesmo declara através do seu procurador, João Dionisio Pereira Panshet,

que por confiança que depositara o dito finado deixara de exigir do mesmo documentos legal e comprobatório do que achava lhe dever e por isto [?] a bem de seus direitos que [?] se adquire [?] a justificar os itens seguintes, a fim de que seja administrativamente pago dito seo constituinte, separando-se os bens quanto bastarem para satisfazerem a referida dívida.

1º ... era seu freguês de a muitos tempos, comprando fasendas e mais mercadorias em seu estabelecimento.

2º ... autos de mudar-se por causa da ceca, mesmo antes de sua morte fêz pagamento a seu constituinte. [sic] (Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, 1880)

A análise do crédito no inventário de Francisco Beserra faz perceber não só o controle da mercadoria concentrado em suas mãos, como também a relação de endividamento entre

ele e diversas outras pessoas da cidade; a compra de produtos, assim como a necessidade de dinheiro servindo para o uso diário, melhorar a propriedade, saldar dívidas (MARTINEZ, 2006). Entre os processos lidos, 21 (vinte e um) inventariados morreram deixando dívidas para serem acertadas, o que representa mais de 30% dos documentos analisados. Apenas os inventários não são suficientes para responder às questões sobre a dinâmica do crédito na cidade, onde não podemos acompanhar a transição da dívida, somente sua existência, contudo, nos dão indícios, a partir das dívidas ativas e passivas, deste mercado creditício.

A intensa prática do empréstimo estava presente no século XIX e pode ser observada através dos inventários; assim como as trocas e permutas, existem dentro de um “padrão de mercado”⁸². Importando significativamente para o mercado, os empréstimos de dinheiro e bens materiais na cidade demonstram muito mais que relações em busca de lucro, mas consideram relações de amizade e parentesco (ALMICO, 2009), tanto quanto a parentela. O Código Comercial de 1850 previa no Título XVI “Das Letras, Notas Promissórias e Créditos Mercantis” a cobrança e como deveria ser procedida, de modo que

Art. 376. O portador de letra de cambio aceita ou não aceita, he obrigado a pedir o seu pagamento no dia do vencimento, e, não sendo paga, a faze-la protestar de não paga. O pagamento deve ser pedido, e o protesto feito no lugar onde a letra for cobravel (arts. 374 e 411).

Essas ações são vistas de forma mais direta em autos de embargo e mandados de arresto, documentos que podem ser utilizados para conhecer também sobre os investimentos em categorias de bens, assim como ampliar o conhecimento da malha de pessoas que atuavam nesses processos, sejam funcionários, partes interessadas ou testemunhas. O que foi possível identificar através das letras de dívidas ativas do inventário do Beserra, foram nomes e valores, não sendo possível ver o que se comprou e a aplicações no caso de haver empréstimo de dinheiro em espécie.

As relações que Francisco Beserra mantém através do comércio são parte importante do seu inventário, como já dito, após o percentual de mercadoria, as dívidas ativas representam 23,4% do seu cabedal. Entre as 1354 dívidas, alguns casos chamam atenção por

⁸² Para Karl Polanyi, o mercado é um local de encontro no qual a finalidade é a permuta, compra ou venda. Ver: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da época**. Tradução: Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

evidenciar a descrição dos devedores a partir de características pessoais, os valores e a presença de mulheres e escravizados.

Tabela 13 - Entre os devedores de Francisco Beserra

DEVEDOR	VALOR
João Dionisio Pereira Panchet	3:000\$000
Padre João Jacome de Fontes Rangel	3:460\$000
Padre Serafim Gomes de Albuquerque	300\$000
Manoel Rodrigues de Mello	4:710\$960
José Gomes Carniceiro	5\$000
Luis escravo que foi dos Cartaxos	65\$000
Luis Bagre Sapateiro	8\$700
Joaquina Tecedeira	31\$840
Raymundo Velhinho	16\$150
Jardilino do serrote	13\$320
Manoel Gomes Benevides por seo abanado Marcilio Alves	14\$900
Manoel Antonio Foguêteiro	12\$000
Manoel Galdino soldado	7\$300
Joaquim Rodrigues vaqueiro dos Cartaxos	5\$760
Serafim Mudo	4\$400
Anna Maria do Espirito Santo mora com Lucindo	4\$600
O Cabo de Policia Antonio Barbosa	20\$560
O escravo Felipipin do Doutor Hardman	10\$500
Rosendo filho de João Gomes Guaribas	15\$920
Pedro Pereira da Silva - Curtidor	17\$000
Martinho do Piauí	13\$560
Angelo official de Justiça	5\$860
Manuel Joaquim escrivão	464\$980
O velho Goianno dos Bodes	625\$860
A mulher de Manoel Antonio Carpina	8\$200
Maria mulher do finado Clementino	20\$000
Manoel Francisco (Carcereiro)	120\$460
José escravo de Manoel Cesario	20\$800
Chico escravo de Capueira	33\$160
Luis Padeiro	12\$800
Mestre Pedro Pedreiro	18\$000
Germano do Doutor Guarita	3\$500
Maria Vicencia	\$500

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

O maior valor descrito é uma dívida de um montante de 4:710\$960 (quatro contos, setecentos e dez mil, novecentos e sessenta réis), uma quantia impressionante, principalmente se considerarmos que a maior parte dos cabedais das famílias cajazeirenses não chegava a 1:000\$000 (um conto de réis), enquanto a menor dívida é de Maria Vicencia, no valor de \$500 (quinhentos réis). Uma série de pessoas de certo poder na cidade, considerando as profissões, também estavam entre os devedores: padres, soldados, cabos de polícia, tenentes, e um de seus prestadores de serviço, o procurador João Dionisio Pereira Panshet, mas também pessoas de outros ofícios, como Joaquina, que era tecedeira, ou José Gomes que era carnicheiro na cidade e mesmos pessoas escravizadas e forras, como “O escravo Felipipin do Doutor Hardman”, “Chico escravo de Capueira” e “Luis escravo que foi dos Cartaxos”.

De características físicas como a condição de surdez de Serafim Mudo, a falta de sobrenomes demonstrava os lugares onde essas pessoas moravam, grande parte nos sítios da redondeza, como Guaribas e Serrote, mas também novamente se mostra a ampliação das tramas comerciais e fronteiriças como a dívida de Martinho do “Piauhy”. Não se podendo saber o conteúdo das transações a partir de registros mais completos, muitas das dívidas, por não constar maiores dados dos devedores nos livros de dívidas do inventariado, poderiam estar baseadas em relacionamentos de confiança, assim como na honra e na moral (ALMICO, 2009) embora a cobrança das dívidas estivesse amparada por lei.

Nesse sentido, a confiança era igualmente parte dos empréstimos de móveis e animais constantes neste inventário, tanto para com pessoas da família, no caso das duas mesas no valor de 8\$000 (oito mil, réis) emprestadas a Dona Maria Bezerra, sua sobrinha casada com Pedro de Lavôr Paes Barreto, como de amigos e da parentela que se forma, visto haver o empréstimo de outra mesa, pequena, a Thomé de Lavôr 6\$000 (seis mil réis), que é cobrada no arrolamento das dívidas por esse mesmo valor. Apesar da comprovação do empréstimo também de moeda corrente, através do inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus, que junto ao esposo Antonio Lins de Albuquerque “devia seo casal a Francisco Beserra de Sousa provenientes de fazendas delle comprada e dinheiro de empréstimo” [sic]⁸³ no valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis), nenhuma quantia em dinheiro é apresentada no monte.

⁸³ Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1880.

O dinheiro apareceu em pouquíssimos processos, foram 97\$000 (noventa e sete mil réis) no inventário de Anna Maria Bizerra⁸⁴, 83\$000 (oitenta e três mil réis) dos inventariados Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacinta de Jesus⁸⁵ e 5\$000 (cinco mil réis) “em papel” de João Pereira de Sousa Guerra, o que demonstra que a moeda circulava, não de forma ampla e assumia uma importância econômica diferente da posse de animais e terras na cidade, por exemplo.

A circulação de mercadorias não foi vista exclusivamente no processo de inventário de Francisco Beserra, assim é possível observar outro credor por negócio de tecidos. Se Francisco é o maior credor a partir do número de dívidas ativas, o Coronel Vital de Sousa Rolim também o é a partir do número de vezes que aparece, um total de 13 (treze) vezes, como credor de dívidas passivas dos inventários analisados, na totalidade das dívidas que constam o motivo, se deve por compra de tecidos. Somadas o valor destas chega a 1:660\$350 (um conto, seiscentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta réis).

Para além das diversas peças de tecido e objetos domésticos, o inventário de Francisco Beserra apresenta um número significativo de equipamentos e instrumentos profissionais, são 32 (trinta e duas) pás de ferro, 430 (quatrocentas e trinta) enxadas pequenas e 400 (quatrocentas) enxadas grandes; esse número levanta o questionamento do uso em suas terras com plantações em grande escala ou para que servissem de mercadoria. A suposição das terras poderia ser descartada ao pensar na quantidade de gado que o inventariado possuía concentrado em suas fazendas; tamanho rebanho conferia fonte de riqueza, distinção e poder.

Tabela 14 - Cabeças de gado de Francisco Beserra

FAZENDA	ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Montes	Vacum	178	6:896\$000
	Cavalar e muar	53	3:580\$000
Morros	Vacum	47	1:842\$000
	Cavalar e muar	40	2:400\$000
Arara	Vacum	87	3:020\$000
	Cavalar e muar	117	1:315\$000
Bico d'Arara	Vacum	54	1:981\$000
	Cavalar e muar	48	3:035\$000
Catolé	Vacum	47	1:738\$000

⁸⁴ Inventário de Anna Maria Biserra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1876,

⁸⁵ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacinta de Jesus, 1881,

Riachão	Vacum	15	530\$000
Serrote	Vacum	22	875\$000
Taboleiro Grande	Vacum	5	215\$000
Guaribas	Vacum	26	954\$000
Valle Verde	Vacum	17	555\$000

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Além disso, poucas são as referências a plantações nas terras, com exceção de algumas fruteiras em sítios e 04 (quatro) engenhos de pau, junto a equipamentos como máquinas de descaroçar o algodão e duas boladeiras, não havendo indícios do comércio do algodão na forma pura ou descaroçada. Beserra de Sousa também teve escravizados em sua posse, contudo, eles não compõem o monte partível do patrimônio, visto que foram deixados livres após sua morte, como dito no próprio inventário, sem que se conheça registro de testamento do mesmo. Casas, terras, gado, dívidas e mercadorias, todos em grande número foram passados para a mãe, sua herdeira direta por ascendência, e divididos entre irmãos e uma sobrinha como já dito, uma fortuna que mesmo dividida entre 14 (quatorze) herdeiros deixa a todos grandes posses.

Devido a quantidade de mercadorias, Dona Anna Beserra decide deixar em poder dos demais filhos parte da administração das fazendas do falecido filho, “não podendo se encarregar por si mesma da venda de dita mercadoria, resolveu fazer com seus filhos [...] o contracto”, o que é feito a partir de escrituras e acordos, “para que eles commerciem e desponham de toda mercadoria [?] pagando-lhe seis por cento ao anno a contar desta data”⁸⁶ [sic]. Como não há testamento anexado ao inventário, entende-se que Dona Anna era a única herdeira direta da fortuna e que existe uma partilha em vida para os demais filhos, enquanto isso, a documentação também mostra tanto doações, como permutas de casas com os filhos pelos bens recebidos de Francisco Beserra.

A necessidade da divisão não demonstra incapacidade pessoal de Dona Anna, mas um elemento a se considerar é o fato de que a posse e controle de tamanha propriedade se deu tardiamente, sendo assim, a idade neste caso importa ao pensar a administração dos negócios (METCALF, 1989), ainda assim, na sociedade no geral pairava o medo da vulnerabilidade da viúva e de que a mesma fosse fraca para administrar a propriedade da família (*ibid.*, p. 22), deixando evidente a importância do estado civil no gerenciamento da herança, mesmo no

⁸⁶ Escripura de contracto. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior, 1884.

caso de Dona Anna, não havendo herdeiros menores. Os contratos podem então ser vistos como a forma de controle dos bens, visto também que a mesma por não saber ler e escrever, assinava a partir de arrogos, e não há antes do sucesso do filho no comércio, registro de um ciclo familiar ativo de grandes posses.

O processo de Francisco Beserra se apresenta fora da curva não só em número de bens, mas também por evidenciar diversas outras personagens, ainda que de forma apenas nominal, mas que fizeram parte da consolidação da cidade de Cajazeiras, junto aos sistemas de crédito, às maneiras de estabelecer relações e as práticas da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da escrita deste trabalho foi solitário na maior parte do tempo, enfrentando uma pandemia, um momento histórico o qual nunca havíamos vivenciado. Ninguém estava pronto para as dores, as perdas, a falta dos momentos para viver, viver muito e viver junto. Partilhar esse texto agora é um alívio apertado, por reconhecer os ganhos que ele teria ao ser debatido nas aulas, nos corredores, com companheiros, professores, pares da futura profissão e ainda assim aqui está um resultado de um esforço tremendo com orientação constante de pessoas incríveis: minha orientadora e os parceiros teóricos, os quais chamamos de referências que auxiliaram no estudo sobre a cidade e os inventários.

Lembro-me que antes de concretizar o desejo de estudar história, fiz aulas em um curso de edificações; nas aulas sobre reformas de casas era necessário colocar um papel manteiga sobre a planta baixa, desenhando-a novamente e marcando os pontos de mudança. A cidade ao longo dos anos passou por diversas reformas, surgiram novos pontos na planta, outros tantos foram apagados, reestruturados e ressignificados. A constante, são as pessoas que participam desses processos, atuando a partir de interesses, amizades, conflitos. Estudar a cidade consiste em “ver” a construção da trama, com diversas camadas e analisar os aspectos do urbano, sem que precisemos separar parte a parte dessa construção.

Caminhar pela cidade de Cajazeiras e apresentá-la traz desafios aos cajazeirenses e cajazeirados abraçados pelo lugar. A memória dos habitantes locais tratou de lhe colocar a marca da cidade que ensinou a Paraíba a ler, a terra do Padre Rolim, da família Albuquerque, mas para além dos rótulos, criticamente enxergamos as vias estreitas que fazem a história social, política, econômica e religiosa da cidade intimamente ligadas. Chegar até Cajazeiras é uma experiência também visual e lembro-me das primeiras impressões: os contrastes dos prédios antigos em meio às ruas comerciais, a feira cheia no fim de semana e o pôr do sol do açude grande. Caminhar pela cidade hoje é diferente do que foi há cinco anos ao chegar para cursar História, o olhar, hoje educado e atento às mudanças e aos significados apreende pontos diferentes que a pesquisa fez vislumbrar.

Maria Stella Bresciani (2007) nos diz que tudo isso, os prédio, praças e igrejas fazem parte do que constitui a materialidade da cidade, mas a mesma assume “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.” (BRESCIANI,

2007, p. 237) Permitindo, a partir dessa reflexão, também assumir que as ruas e prédios, ou seja, os contornos da cidade, nos faz conhecer um pouco da história da cidade. Construída e reconstruída pelos usuários da urbe, cabe aos historiadores dedicados a pensar o urbano o desafio de “ler a cidade” seguindo o proposto por D’Alessio Ferrara (1988). Neste lugar saturado de signos mudos, por nossas análises e leituras participamos também do processo de atribuir significados e constituir a cidade, que para além do físico é feita por tensões e transformações que nela se apresentam. (FERRARA, 1988, p. 13).

Os inventários *post mortem* como lente de ampliação do historiador, possibilitam o encontro com as redes de sociabilidade, o patrimônio e as dinâmicas da cidade e seus usos. Cajazeiras, cidade do alto sertão, durante o século XIX deixa entrever pelas fontes as práticas de investimentos no cabedal, mas também questões sociais, e mesmo sendo uma documentação que fala muito mais de abastados e possuidores, permite ver os silenciados e despossuídos, embora este trabalho tenha muito a ganhar no cruzamento de dados de fontes complementares como audiências, livros de nascimento, casamento óbito, sumários de culpa, e processos crimes, como exemplo, o que não diminui a relevância da exploração dos inventários.

O estudo dos inventários possibilitou conhecer a concentração de bens no cabedal, sejam eles de raiz e semoventes, principalmente na relação com a importância do algodão na região e para o desenvolvimento da cidade, sejam eles bens que configuram a distinção de determinadas pessoas na sociedade, sendo possível apenas para uma parcela bem restrita obter objetos de caráter religioso e de decoração, por exemplo, mas também joias, bens em ouro e prata, artigos domésticos como talheres, ou mesmo livros.

A análise do inventário de Francisco Beserra que percorreu todo o trabalho, e de forma mais direta o terceiro capítulo apresenta questões pontuais do homem pouco falado na cidade, mas de tantas posses. A narrativa de uma Cajazeiras que cresce através do comércio e da aplicação de investimentos provenientes deste soma-se às outras tantas histórias da cidade. Sem excluir ou desconsiderar os ensinamentos de livros que de maneira saudosista respondem às questões da origem deste centro urbano. Suas movimentadas lojas de fazendas e de outros objetos, movimentam também os desejos de itens decorativos, a posse de tecidos industriais e importados, o crédito na cidade.

Através da documentação, embora não possamos conhecer a realidade do cotidiano, vemos a presença de pessoas escravizadas que compuseram os patrimônios e eram passadas

aos descendentes como herança até que houvesse o fim da escravidão, ao menos oficializada. As mulheres, que pela sociedade patriarcal do século XIX teoricamente não assumiam o lugar de administradora de bens, aparecem como cabeça de casal, donas e proprietárias de terras, gado e demais bens, ainda que em pequena quantidade comparado ao número de homens estabelecidos como senhores de seu patrimônio.

A cidade-documento, como as outras fontes utilizadas nesta pesquisa, existem como expressão dos acontecimentos da história que contamos nesse texto, sobre um lugar no espaço tempo do século XIX. O acesso e exploração de novas fontes que permitam conhecer Cajazeiras a partir de outras perspectivas não diminui a importância dos escritos memorialísticos do lugar, apenas se juntam ao debate de questões sobre as teias que se formam entre as pessoas, a cidade e tudo que é inerente a esse espaço. O começo deste texto falava de histórias que não tinham sido contadas, sendo finalizado com possibilidades de ir além, desenvolvendo pesquisas sertão afora, inspiradas por personagens, objetos materiais e tudo que a história permita contar.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Ana Cecília Farias de. **DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs. XIX/XX. 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21414>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- ALVES, Rogério Novakoski Ferreira. Mudanças nos programas funcionais das residências da elite paulistana do século xviii ao século XX. 2015. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2806>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influência do direito. In: XXVI Simpósio Nacional de História-Anpuh: 50 anos, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf. Acesso em: 26 dez. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, nº 34, NERU, 1991. pp. 10-15.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e história**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.16-35. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 237-258.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 443-469, jul/dez 2011.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. **"E a história se fez cidade..."**: a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. Dissertação de Mestrado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilgia/trabalhos/OCR_CEBALLOS.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4375607/course/section/2096953/Visoes%20da%20Liberdade.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- COSTA, Fernando Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. **Histórica**, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 06-17, dez. 2013.

DA COSTA, Manuela Pinto. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património**, v. 3, p. 137-161, 2004. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DE QUEIROZ, Pedro Fernandes. O DESVENDAMENTO DA PROPALADA LIBERDADE DO VAQUEIRO: AS BASES DE PODER NO SERTÃO SERIDOENSE. **Revista Sertões**, v. 3, n. 2, p. 03-19, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/1228/678>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**, v. 10, São Paulo: Contexto, 2011. pp. 241-277.

FARIA, Sheila de Castro. **História da família e demografia histórica**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

FERRARA, Lucrecia D. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

Freitas, A. de P. S. de, & Alencar, A. C. F. de. (2017). “Dona”, viúva e “cabeça de casal”: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim, Ceará, Brasil (século XVIII). **REVISTA DE HISTORIOGRAFÍA**, (26), 85-106. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/3700>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I—modos de pensar**. EDUFBA, 2018. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/?publicacoes=nebulosas-modos-de-pensar>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 3, n. 1, p. 83-84, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/GLHKn7W47Kw9gJgffDfNbHh/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. Inventários e Sequestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**, 9, 1989.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**. Vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba – MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

MELO, Rita de Cássia Guimarães. A EXPERIÊNCIA DOS REPRESENTANTES DO SISTEMA JUDICIÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM OS HABITANTES DAS COMARCAS NA REGIÃO NORTE DE GOIÁS (1870–1900). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 5, n. 01, 2018. Disponível em: <http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista>. Acesso em: 28 jan. 2022.

METCALF, Alida C. Mulheres e Propriedades: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no século XVIII. **Revista da SBPH**. nº 5, São Paulo, 1989/90.

OLIVEIRA, Josefa Jakeline Alves. **Cultura material e memórias inventariadas: um estudo sobre a estabilidade econômica e social do patrimônio familiar em Cajazeiras, PB (1876-1889)**. 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 09 mar. 2022.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila-família e propriedade no Nordeste colonial. **São Paulo: Tese de doutorado em História: FFLCH/USP**, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/?lang=en>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material . **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996. DOI: 10.1590/S0101-47141996000100018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343>. Acesso em: 27 dez. 2021.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa . **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 281-291, 2003. DOI: 10.1590/S0101-47142001000100008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5375>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6038/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 17/02/2021.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero**. – Olinda: Livro Rápido, 2016.

SÁ, I. dos G. Entre consumos suntuários e comuns: a posse de objetos exóticos entre alguns habitantes do Porto (séculos XVI - XVII). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 35-57, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139673>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SILVA, Janice Correa. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, capitania da Parahyba Norte (segunda metade do século XVII)**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradas rurais na Cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia (UFCG-CFP). Cajazeiras, 2017.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de bens: os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)**. 2017. Dissertação de Mestrado (UFCG). Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/1036>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31515385_Praticas_economicas_e_sociais_no_sertao_cearense_no_seculo_XIX_um_olhar_sobre_a_cultura_material_de_grupos_domesticos_sertanejos. Acesso em 03 jan. 2022.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.

TORRÃO FILHO, Amilcar. Sete portas e uma chave: a constituição de saberes técnicos e teóricos sobre a cidade. **Politeia-História e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3824>. Acesso em: 26 out. 2021.

FONTES MANUSCRITAS

Inventário de Salvador de Luna Ramalho. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa _1876_(1)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Salvador de Luna Ramalho requerido pela viúva Dona Anna Rodrigues dos Santos.

Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa _1876_(2)processo(1)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Manoel Gonsalves da Silveira requerido pela viúva Dona Maria Francisca Xavier.

Inventário de Vitalina Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa _1876_(2)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Vitalina Maria de Jesus requerido pelo viúvo José Vicente de Albuquerque.

Inventário de Hermino José de Souza. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa 1876_(1)processo(1)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Hermino José de Souza requerido pela viúva Dona Generosa Maria da Conceição.

Inventário de Raimundo Joze de Freitas. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa 1876_(3)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Raimundo Joze de Freitas pela viúva Dona Theodora Maria de Jesus.

Inventário de Anna Maria Bizerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa _1876_(2)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Anna Maria Bizerra requerido pelo genro Francisco Nunes d'Almeida.

Inventário de Josefa Candida Bezerra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1876. Caixa 1876_DOC 2(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Josefa Candida Bezerra requerido pelo irmão Francisco Bezerra de Sousa.

Inventário de Maria Francisca da Conceição e Gonçalo Correia de Meneses. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1878. Caixa 1878(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Raimundo Joze de Freitas requerido pelo sogro João Maria de Sousa.

Inventário de Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1879. Caixa 1879 (Caixa Cinza_1904.1905). INVENTÁRIO de Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo requerido pelo viúvo Emygdio Emiliano de Couto Cartaxo.

Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custódia de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_(2). INVENTÁRIO de Manoel Eufrázio de Sousa e Maria Custódia de Jesus requerido pelo filho Henrique de Souza Oliveira.

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_. INVENTÁRIO de Antonio Lins de Albuquerque requerido pelo filho Antonio Lins de Albuquerque.

Inventário de José Pereira da Cunha. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1879_(2)processo(CaixaAzul_1873.1938).

Inventário de Dona Anna Rosa do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_sem nr (2). INVENTÁRIO de Dona Anna Rosa do Espírito Santo requerido pelo viúvo Antonio Lins d'Albuquerque.

Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_sem nr. INVENTÁRIO de Dona Antonia Jacyntha de Jesus requerido pelo viúvo Antonio Lins de Albuquerque.

Inventário de Dona Maria Francisca de Carvalho. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_sem nr(3). INVENTÁRIO de Dona Maria Francisca de Carvalho requerido pelo viúvo Damião Antonio de Abreu.

Inventário de Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_(1). INVENTÁRIO de Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição requerido pelo filho Justino Alves da Silva.

Inventário de Mariano Gomes d'Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_8. INVENTÁRIO de Mariano Gomes d'Albuquerque requerido pela viúva Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo.

Inventário de Bernadino José Ferreira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1880. Caixa 1880_sem nr (1). INVENTÁRIO de Bernadino José Ferreira requerido pela viúva Dona Anna Jozefa d'Alexandria.

Inventário de Maria Dios Marciel. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1881. Caixa 1881 (CAIXACINZA 1851. 1883). INVENTÁRIO de Maria Dios Marciel requerido pelo viúvo Elfindio Meinade Sá.

Inventário de Dona Barbosa Maria do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1881. Caixa 1881 sem nr (caixaAzul1873 e 1928). INVENTÁRIO de Dona Barbosa Maria do Espírito Santo requerido pelo viúvo Manoel Lins de Albuquerque.

Inventário de João Gonsalves de Lima. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1882. Caixa 1881_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de João Gonsalves de Lima requerido pela viúva Joana Baptista de Jesus.

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacinta de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1881. Caixa 1881_3. INVENTÁRIO de Antonio Lins de Albuquerque e Antonia Jacinta de Jesus requerido pelos filhos do casal.

Inventário de Dona Antonia Maria Gonçalves do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1881. Caixa 1881_21processo(CaixaCinza_1883). INVENTÁRIO de Dona Antonia Maria Gonçalves do Espírito Santo requerido pelo viúvo Antonio Alves Bezerra.

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1881. Caixa 1881_26processo(CaixaCinza_1883). INVENTÁRIO de Antonio Lins de Albuquerque requerido pelo filho Antonio Lins de Albuquerque.

Inventário de Maria do Rosario Leite. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1882. Caixa 1882_9processo(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Maria do Rosario Leite requerido pelo viúvo Antonio Caetano Leite.

Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1882. Caixa 1882_11processo(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo requerido pelo genro João Alexandre de Albuquerque.

Inventário de Dona Antonia Rolim de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1894. Caixa 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Dona Antonia Rolim de Albuquerque requerido pelo cunhado Duarte Antonio Cardoso.

Inventário de Lucina Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1885. Caixa 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Lucina Maria de Jesus requerido pelo viúvo João de Sousa Nogueira.

Inventário de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1895. Caixa 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo requerido pelo filho Padre Manoel Mariano de Albuquerque.

Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1883. Caixa 1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo requerido pelo viúvo Luis da França Biserra.

Inventário de Manoel de Sousa Teixeira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1883. Caixa 1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Manoel de Sousa Teixeira requerido pela viúva Raymunda Maria do Espírito Santo.

Inventário de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1883. Caixa 1883(6)(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal requerido pela ex esposa Carolina Vieira de Sousa.

Inventário de Victorino Gomes Leitão. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1883. Caixa1883_5(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Victorino Gomes Leitão requerido por Joaquim Herminio Leite.

Inventário de Francisco Beserra de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1884. Caixa 1884_processo. INVENTÁRIO de Francisco Beserra de Sousa requerido pela mãe Dona Anna Beserra de Sousa.

Esriptura de contracto. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba 1884. Caixa 1884_foto CPU.

Inventário de Antonio Francisco dos Santos. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1885. Caixa 1885_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Antonio Francisco dos Santos feito como partilha amigável entre os herdeiros.

Inventário de Theresa Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1886. Caixa 1886_(1)processo(CaixaCinza_1913). INVENTÁRIO de Theresa Maria de Jesus requerido pelo viúvo Vicente Ferreira Lima.

Inventário de Maria da Conceição. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1887. Caixa 1887_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Maria da Conceição requerido por José Vicente de Castro.

Inventário de Oligntho Alves de Oliveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1888. Caixa 1888_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Oligntho Alves de Oliveira requerido pela viúva Bernadina Maria da Conceição.

Inventário de José Francisco da Cunha. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1889. Caixa 1889_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de José Francisco da Cunha requerido pela viúva Ignácia Bernadina de Jesus Coelho.

Inventário de Dona Felirmina Maria do Amor Divino. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1889. Caixa 1889_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Dona Felirmina Maria do Amor Divino requerido pelo viúvo Antonio de Sousa Rolim.

Inventário de Manoel Gomes Benevides. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1889. Caixa 1889(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Manoel Gomes Benevides requerido pela viúva Dona Anna Alves Pequena.

Inventário de Quirino José de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, maio de 1891. Caixa 1891_processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO amigável e convencional entre a viúva Maria Dorsulina Cavalcante e herdeiros.

Inventário de José Gomes da Silva. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1892. Caixa 1892_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de José Gomes da Silva requerido pela viúva Justina Maria da Conceição.

Inventário de Joaquim António do Couto Cartaxo. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1892. Caixa 1892_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Joaquim António do Couto Cartaxo requerido pela viúva Dona Maria Oliveira da Glória.

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1892. Caixa 1897_ sem nr(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO de Antonio Lins de Albuquerque requerido pela viúva Dona Joaquina Maria de Jesus.

Inventário de D. Rita Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, junho de 1894. Caixa 1894(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO com partilha amigável entre herdeiros.

Crime de ofensa física. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, novembro de 1894. Caixa 1894_(4)processo(2)(CaixaCinza_1913). CRIME DE OFENSA FÍSICA cometido contra Joaquim Rodrigues Pageú pelo réu Duarte Antonio de Lacerda.

Inventário de Antonio Quirino de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1895. Caixa 1895_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Antonio Quirino de

Sousa requerido pela viúva Anna Maria de Jesus. Partilha amigável entre a viúva e a mãe Maria Durçulina Cavalcante.

Auto de petição de justificação de herança. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, agosto de 1894. 140 páginas manuscritas. Caixa1895_35 processo(CaixaAmarla_1864.1865). AUTO DE PETIÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE HERANÇA requerido por Pedro de Lavôr Paes Barrêto e tem como requerida D. Anna Biserra de Sousa.

Inventário do Padre Manoel Mariano de Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, maio de 1896. Caixa 1896(CaixaCinza_1851.1883). INVENTÁRIO requerido por seu irmão David Gomes de Albuquerque.

Inventário de D. Idalina Maria de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1896. Caixa 1896_sem nr. INVENTÁRIO requerido pelo viúvo Justino Pereira de Sousa.

Inventário de Antonio Martins de Oliveira e Joanna Pereira de Alencar. Cajazeiras, Paraíba, 1897. Caixa 1896_sem nr (2º processo). INVENTÁRIO requerido pelo filho Alexandre Pereira de Alencar.

Inventário de José Correia dos Santos. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1897. Caixa 1897_processo(CaixaCinza_1901.1902). INVENTÁRIO de José Correia dos Santos requerido pela viúva Dona Maria da Conceição.

Termo de audiência. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba 1897. Caixa 1897_39processo(CaixaCinza_1855.1886).

Inventário de Theodoro de Tál (conhecido por João Pereira de Sousa Guerra). Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1898. Caixa 1898_5processo(CaixaAzul_1860). INVENTÁRIO requerido por João Martins Guerra.

Inventário de Antonio Gonçalves de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1898. Caixa 1898_19processo(CaixaAzul_1860). INVENTÁRIO requerido pela viúva Dona Joanna Maria da Piedade.

Inventário de Manoel Vicente de Lyra. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1893. Caixa 1898_19processo(CaixaAzul_1860). INVENTÁRIO requerido pela viúva Maria Antonia da Conceição.

Sumário de Culpa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1897. SUMÁRIO DE CULPA de Felix Barbosa por crime cometido contra João Thomaz.

Inventário de Antonio Gomes de Sousa. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1899. Caixa 1899_(1)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Antonio Gomes de Sousa requerido pela viúva Josefa Maria da Conceição.

Inventário de João Mariano d' Oliveira. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1899. Caixa 1899_(1)processo(3)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de João Mariano d' Oliveira requerido pela viúva Dona Rosa Maria de Alexandria.

Inventário de Sabino Gonsaga de Sousa e Rosalina Maria de Nasareth. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1899. Caixa 1899_(1)processo(4)(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de Sabino Gonsaga de Sousa e Rosalina Maria de Nasareth requerido pelo genro e pelos filhos do casal como partilha amigável.

Inventário de José Pereira Dias. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1899. Caixa 1899_DOC 3(CaixaAzul_1867). INVENTÁRIO de José Pereira Dias requerido pelo sobrinho Saturnino Lins de Albuquerque.

Inventário de Quitéria Francisca da Penha. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. Caixa 1900_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Quitéria Francisca da Penha requerido pelos herdeiros da mesma como partilha amigável.

Inventário de João de Souza Ferras. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. Caixa 1900_(2)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de João de Souza Ferras requerido pela viúva D. Antonia Maria da Conceição.

Inventário de Alexandre Beserra de Sousa e Maria Josefa de Jesus. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. Caixa 1900_(3)processo. INVENTÁRIO de Alexandre Beserra de Sousa e Maria Josefa de Jesus requerido por Joaquim Beserra de Sousa.

Inventário de Antônio Caetano Leite. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. Caixa 1900_(4)processo(CaixaAzul_1873.1938). INVENTÁRIO de Antônio Caetano Leite requerido pela viúva Francisca de Jesus de Maria.

Inventário de João da Cruz Albuquerque. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. Caixa 1900_sem nr(3). INVENTÁRIO de João da Cruz Albuquerque requerido pela viúva Dona Therêsa Maria de Jesus.

Mandado de Arresto. Arquivo do Fórum Doutor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, 1900. MANDADO DE ARRESTO em que os ofendidos Gonçalves Cunha Companhia da cidade do Recife denunciam os embargados Manoel Gonçalves de Medeiros Valle figurando por este seu caixeiro Joaquim Severiano de Medeiros.